



# PRIMEIRA INFÂNCIA NAS FAVELAS DA MARÉ

ACESSO A DIREITOS E  
PRÁTICAS DE CUIDADO





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Eliana Sousa Silva

COORDENADORES DO EIXO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

Liliane Santos

Maykon Sardinha

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Tábata Lugão

Vanessa de Paula

Adelaide Rezende

Alexandra Rodrigues

Andréia Cidade

Handy Rosa

Laysesther Oliveira

Laiza Sardinha

Tainara Rodrigues

CONSULTORA ESPECIALISTA

Ilana Katz

SUPERVISÃO TÉCNICA DE PESQUISA

Eblin Farage

Gisele Ribeiro Martins

Lidiane Malanquini

Moniza Rizzini Ansari

REVISÃO DE TEXTO

Teresa Cruz

Sol Mendonça

PROJETO GRÁFICO

Flora Próspero

ENTREVISTADORAS

Alessandra Cunha

Larissa Andressa

Solange Oliveira

Martha Martins

Vanusa Pessanha

Jordana Farias

Débora Garcia

Vanessa Pereira de Almeida

EQUIPE DE EDIÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Miriam Krenzinger

Ilana Katz

Moniza Rizzini Ansari

Eliana Sousa Silva

Dalcio Marinho Gonçalves

Bianca Polloto Cambiaghi

Pâmela Matos

Viviane Maia

Luciana Bento

EQUIPE REDE CONHECIMENTO SOCIAL (RECS)

Diretora Executiva

Marisa Villi

Diretora de Projetos

Harika Maia

Assessora de projetos

Jessyca França

EQUIPE CONHECIMENTO SOCIAL – ESTRATÉGIA E GESTÃO

Sócia proprietária

Ana Lucia Lima



## sumário

### 1 p. 9

CADA CRIANÇA,  
UMA NOVA  
CHANCE PARA  
O MUNDO

### 2 p. 12

MARCO LEGAL, POLÍTICO  
E CONCEITUAL

2.1 Pressupostos ético-  
políticos

2.2 Conceitos-chave para  
superação de estigmas e  
ampliação do olhar

2.3 Parentalidades e práticas  
de cuidado

2.4 A territorialização do  
cuidado

2.5 Crítica à Parentalidade  
Positiva

2.6 A negligência do Estado  
e a vulnerabilidade territorial

### 3 p. 18

ALGUMAS  
CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A MARÉ: O  
CENÁRIO DO ESTUDO

### 4 p. 23

PRIMEIRA INFÂNCIA  
NA MARÉ DURANTE  
A PANDEMIA  
(2020 – 2022) —  
UMA JORNADA DE  
IMPACTO E INOVAÇÃO

4.1 Estratégias de campo

4.2 Demografia da Maré

4.3 Perfil da amostra

4.4 Perfil dos/as  
respondentes da pesquisa  
domiciliar

4.5 Impactos da pandemia  
de COVID-19 na primeira  
infância na Maré: uma  
análise detalhada

### 5 p. 51

O ACESSO A DIREITOS  
PELAS FAMÍLIAS COM  
CRIANÇAS NA PRIMEIRA  
INFÂNCIA NA MARÉ

5.1 Assistência social e acesso  
à cidadania

5.2 Saúde e bem-estar

5.3 Educação

5.4 Práticas de cuidado

5.5 Lazer e recreação

5.6 Exposição à violência

### 6 p. 98

RECOMENDAÇÕES

### 7 p. 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS



**Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha**

*“Toda criança no mundo  
Deve ser bem protegida  
Contra os rigores do tempo  
Contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome  
Criança tem que ter lar  
Ter saúde e não ter fome  
-Ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer  
Nem questão de concordar  
Os direitos das crianças  
Todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção  
Direito de não ter medos  
Direito a livros e a pão...”*

**1**

**CADA CRIANÇA,  
UMA NOVA CHANCE  
PARA O MUNDO**



Imagine crescer em uma das 16 favelas da Maré, na capital do Rio de Janeiro, onde cada momento da primeira infância constitui uma etapa desafiadora na formação de cidadãos. Com uma população que atualmente ultrapassa 140 mil habitantes, sendo um dos bairros mais populosos e o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré tem densidade demográfica de cidade (cerca de 35.000 hab /km<sup>2</sup>) e enfrenta muitos desafios. Além disso, assim como muitos territórios periféricos e favelados do Brasil, a Maré é atravessada por diversos problemas urbanos relacionados à negligência do Poder Público na garantia de direitos fundamentais e serviços essenciais de saúde, educação, transporte, saneamento básico, segurança pública, entre outros. Porém, longe de ser homogênea internamente, a formação do conjunto de favelas que compõem a região é resultante de lutas sociais históricas e de intensos processos de mobilização de seus moradores, apresentando diversidade sociocultural e singularidades geopolíticas frequentemente desconsideradas na formulação de políticas públicas.

Nesse contexto complexo e multifacetado, surge a pesquisa de diagnóstico intitulada *“Primeira Infância na Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado (PIM)”*. Esta é uma iniciativa inédita conduzida pela Redes da Maré entre 2020 e 2022, com o apoio da Fundação Porticus.

Empregando uma metodologia participativa e abordando diversas dimensões de análise, o objetivo foi compreender, explorar e, subsequentemente, fornecer subsídios ao Poder Público acerca da forma como a rede de proteção social voltada à primeira infância em um contexto territorial tem potencial para influenciar positivamente a vida das crianças. Essa influência se manifesta substancialmente na formação de indivíduos como cidadãos protegidos e dignos de respeito. A questão transcende, portanto, a mera experiência de crescimento na Maré, uma vez que envolve um processo de crescimento integrado ao território. Ou seja, um espaço que não apenas nutre e cuida, mas também contribui ativamente para a construção do futuro.

O diagnóstico foi conduzido durante a crise socio sanitária sem precedentes no Brasil causada pela pandemia de covid-19. Tal conjuntura incluiu o período de isolamento social, que se estendeu de março de 2020 até fevereiro de 2021, com a reabertura de 38 escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Em março de 2021, foram reabertas mais 82 unidades e, em abril, mais 300. A totalidade das escolas da Prefeitura do Rio de Janeiro só reabriu completamente no mês de agosto. Essa circunstância inseriu uma camada adicional de urgência na elaboração de um diagnóstico situacional referente à temática em questão, destacando a necessidade imediata de se compreender esse quadro e intervir nessa dinâmica.

Nas favelas da região, onde quase 11% da população são crianças de 0 a 6 anos, a luta contra as desigualdades estruturais é uma missão diária e urgente. Na contramão dessa realidade, desde a década de 80, a Redes da Maré tem trabalhado para enfrentar esses desafios valendo-se de distintas estratégias. Para tanto, fixa seus esforços em cinco eixos principais: (i) Educação; (ii) Arte, Cultura, Memórias e Identidades; (iii) Saúde; (iv) Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; e (v) Direitos Urbanos e Socioambientais. A primeira infância, sempre presente de forma transversal nesses cinco eixos, dadas as novas dinâmicas territoriais, agora exige uma atenção mais focada.

A importância deste diagnóstico é sublinhada pela etapa crítica que a infância representa na vida dos indivíduos. Várias pesquisas acadêmicas demonstram que a falta de acesso aos direitos fundamentais e de cuidados adequados pode ter consequências negativas a longo prazo.<sup>1</sup> Portanto, este estudo também tem em vista fortalecer as táticas e opções que eliminem os elementos de desproteção social e de privações dos direitos das crianças da Maré.

Por essas razões é que a construção de políticas estruturantes que garantam os direitos básicos da primeira infância na Maré não é apenas uma necessidade, mas, antes, uma obrigação moral, ética e política. E para que isso seja cumprido, o cuidado com a primeira infância deve ser integrado ao cuidado territorial, em geral, refletindo uma demanda por uma rede sólida e permanente de proteção social. Para isso, é fundamental uma abordagem sensível e contextualizada, que reconheça e valorize as práticas de cuidado parental específicas locais. Este material apresenta uma contribuição, neste sentido, à Primeira Infância no conjunto de favelas da Maré.

**Eliana Sousa Silva**

<sup>1</sup> Por exemplo: Rizzini, Irene; Bush, Malcolm. “Using Early Childhood Research to Inform and Influence Public Policy: An Example from Brazil”. *The SAGE Handbook of Early Childhood Research*, 419, 2015; Morais, Rosane; Carvalho, Alysson; Magalhães, Lívia; Pinto, Priscila. “Primeira infância e pobreza no Brasil: uma análise integrada a partir de indicadores em saúde, educação e desenvolvimento social”. *Revista de Políticas Públicas*, v. 19, n.1, 2015; Campos, Roselane Fatima. “‘Política pequena’ para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 49, 2012; Ospina-Alvarado, María; Alvarado-Salgado, Sara; Fajardo-Mayo, María. “Subjetividades políticas de la primera infancia en contextos de conflicto armado: Narrativas colectivas de agencia”. *Psicoperspectivas*, v. 17, n. 2, 2018.

# 2

## MARCO LEGAL, POLÍTICO E CONCEITUAL

Desde as mobilizações que consagraram a Constituição Federal de 1988, o Brasil alcançou diversas conquistas legais para a afirmação dos direitos de crianças e adolescentes. O artigo 227 da Constituição, operacionalizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura direitos fundamentais, como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar.

Dentro desse recorte social, o Marco Legal da Primeira Infância, Lei n.º 13.257/2016, torna-se fundamental, ao reafirmar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos completos. Portanto, assistência familiar, saúde de qualidade, educação desde a creche e alimentação saudável são os pilares da primeira infância no Brasil. Com efeito, as referidas legislações estabelecem diretrizes e políticas de atendimento a serem realizadas por instituições governamentais e não governamentais. Elas valorizam a lógica intersetorial, a criação de conselhos dos direitos da criança e do adolescente e a integração operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Segurança Pública, da Assistência Social, da Saúde e da Educação.

O Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (SGDCA), integrando os órgãos públicos, é uma consequência da participação da sociedade na fiscalização e efetivação dos direitos. Dentro do SGDCA, o Conselho Tutelar deveria desempenhar um papel fundamental, zelando pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes. Como órgão autônomo e não jurisdicional, sua atuação é essencial para a efetivação das políticas de proteção integral, sendo uma ponte entre a sociedade e o sistema legal.

De toda maneira, apesar desses avanços legais, essas conquistas ainda não foram efetivamente aplicadas às crianças pobres, negras e moradoras de favelas. Isso ocorre principalmente porque a desigualdade socioeconômica e racial continua a ser um obstáculo significativo para a implementação plena dessas políticas. Essa lacuna na aplicação das leis revela um descaso do sistema político, exigindo atenção e ação urgentes para garantir igualdade de acesso. E com a precarização e o desinvestimento orçamentário nos últimos anos, muitos são os desafios a serem enfrentados para a proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes brasileiros.

Portanto, a necessidade de priorizar a agenda da primeira infância nas políticas sociais é imperativa, e medidas tangíveis devem ser implementadas para assegurar que todos os direitos sejam acessíveis de maneira igualitária a todas as crianças, sem distinção de sua origem socioeconômica ou racial. Para contribuir com a alteração desse quadro, a Redes da Maré deu seu primeiro passo ao realizar o presente diagnóstico sobre a primeira infância na Maré.



## 2.1 Pressupostos ético-políticos

A análise da primeira infância no contexto das 16 favelas da Maré pressupõe a adoção de uma perspectiva crítica e de uma abordagem a partir da territorialidade, desafiando as abordagens convencionais. O olhar crítico se dá, especialmente, frente à responsabilização individual, à universalização de padrões e à negligência do Estado, que levam a visões estigmatizantes sobre o cuidado parental em contextos de favela.

Adotar perspectivas alternativas sobre cuidado parental foi fundamental para a compreensão das complexidades de experiências nos contextos diversos da região. O projeto assumiu, nessa ótica, como pressupostos centrais, a necessidade de se defender políticas públicas sensíveis ao contexto e a importância de reconhecer e valorizar as práticas de cuidado existentes.

## 2.2 Conceitos-chave para superação de estigmas e ampliação do olhar

A infância, frequentemente idealizada como um período de inocência, é, como se sabe, uma etapa complexa e multifacetada da vida. Essa complexidade se torna ainda mais evidente ao observarmos as crianças moradoras do conjunto de favelas da região, onde as práticas de cuidado e parentalidade assumem dimensões diversas e desafiadoras.

Como destaca a psicanalista Ilana Katz, consultora do projeto, essa fase da vida é uma experiência política e social<sup>2</sup>. As crianças são participantes ativas, moldando sua subjetividade e participação na sociedade. Essa perspectiva ganha especial relevância na Maré, onde muitas delas, não raro, enfrentam desafios adicionais, como pobreza extrema, violência e falta de acesso a serviços básicos.

Essa situação é exacerbada pela omissão do Estado em fornecer uma rede de proteção equânime nas favelas da Maré, o que aumenta os desafios enfrentados pelas famílias locais e deixa as crianças ainda mais desprotegidas.

## 2.3 Parentalidades e práticas de cuidado

A parentalidade na Maré vai além de uma questão de cuidado físico; é uma prática complexa e multidimensional que envolve a negociação de barreiras sociais, econômicas e culturais. Os responsáveis e cuidadores, como mães, pais, tios, avós, irmãs e vizinhos, desempenham um papel crucial na proteção e orientação das crianças em um ambiente muitas vezes hostil e ameaçador, fornecendo não apenas sustento material, mas também apoio emocional e cultural.

A prática de cuidados neste território transcende a família nuclear e frequentemente envolve uma rede mais ampla de parentes, vizinhos e amigos. Essa abordagem comunitária à parentalidade, em contraste com a responsabilização individual, reflete uma resposta resiliente e criativa às circunstâncias desafiadoras, demonstrando a capacidade das comunidades de se reinventarem e se apoiarem, apesar das adversidades e recorrentes violações de direitos.

Além disso, a diversidade cultural e social da região enriquece a experiência da infância, oferecendo uma tapeçaria rica de tradições, valores e crenças. Cada criança na Maré tem sua própria história e identidade, moldada por uma mistura única de influências culturais, étnicas, sociais e comunitárias.

É fundamental, pois, que a sociedade reconheça e valorize essa complexidade, tratando as crianças da Maré com a sensibilidade e o respeito que suas experiências exigem. Isso significa abandonar estereótipos e generalizações de “crianças vulneráveis” e abraçar uma abordagem mais inclusiva e multidimensional.

<sup>2</sup> Katz, Ilana (2023). “O problema da universalização da primeira infância: dinâmicas de produção de conhecimento e políticas públicas, Revista Rosa, v. 7, n. 3, 2023.”

## 2.4 A territorialização do cuidado

O estudo enfatiza a importância da territorialização do cuidado, reconhecendo que as práticas de cuidado parental devem ser entendidas no contexto específico em que ocorrem. A equipe de pesquisadoras se contrapôs, nesse sentido, aos modelos pré-existentes e homogeneizantes, ao adotarem um olhar sensível às práticas de cuidado já em curso no território da Maré.

## 2.5 Crítica à Parentalidade Positiva

Outro aspecto central que orientou a equipe do projeto foi a análise crítica sobre abordagem da Parentalidade Positiva, que muitas vezes é aplicada de maneira universal, sem considerar as complexidades do contexto local. Seguindo a perspectiva crítica, a equipe destaca a falta de consenso sobre as habilidades necessárias para o que seria definido como “parentalidade competente” e questiona a responsabilização individual, especialmente concentrada nas mulheres<sup>3</sup>.

Nessa mesma ótica, questionam-se os valores e pressupostos do Programa de Governo denominado “Criança Feliz”, única política sustentada especificamente para a primeira infância que atravessou os anos de 2016 a 2022, mas que sequer alcançou a Maré. No entanto, se tivesse alcançado, muito provavelmente teria trabalhado na direção oposta aos pressupostos éticos e políticos da presente pesquisa, uma vez que o referido projeto frequentemente compreende o desenvolvimento infantil como um efeito direto e exclusivo da ação parental e produzido pela carência, através do critério da vulnerabilidade social, que analisa a realidade à qual as famílias estão expostas; e visando ensinar a esses grupos empobrecidos a cuidar “adequadamente” de seus filhos. Essa abordagem é em muitos aspectos problemática, inclusive por supor que essas famílias não sabem cuidar de seus entes e por concentrar a responsabilidade nas famílias nucleares, muitas vezes representadas exclusivamente pelas figuras maternas.

<sup>3</sup> Ruiz-Zaldibar, Cayetana; Serrano-Monzó, Inmaculada; Mujika, Agurtzane. “Parental competence programs to promote positive parenting and healthy lifestyles in children: a systematic review”. *Jornal de Pediatria*, v. 94, n. 3, 2018.

## 2.6 A negligência do Estado e a vulnerabilidade territorial

A pesquisa também visa superar a noção simplista de “vulnerabilidade”, preferindo as noções de negligência e omissão da rede de proteção social que deveria ser garantida às famílias por parte do Estado. Nessa ótica, omissão e precarização de políticas sociais são vistas como formas deliberadas de o Estado se fazer presente em determinados espaços, como muitas favelas da região. Em vez da suposta ausência do Estado, entende-se que a sua negligência contribui para a vulnerabilização territorial e para a desproteção das famílias no acesso aos direitos que se traduzem na cidadania plena.

Dessa maneira, a base conceitual da pesquisa voltada para a primeira infância na Maré ampliou a perspectiva acerca da compreensão de que o cuidado com a primeira infância é **transversal** a toda prática de cuidado territorial. Em outras palavras, as crianças demandam produzir redes (de apoio e de proteção social) que, quando fortalecidas, impactam toda a dinâmica de relações de cuidado e de ocupação territorial.

Uma análise pautada na centralidade do cuidado com a criança possibilita entender como essas práticas têm efeitos diretos sobre suas famílias e, especialmente no caso da Maré, sobre seus cuidadores diretos, em geral, mulheres (mães, avós, tias, vizinhas). Essa transversalidade se expressou no desdobramento das atividades da pesquisa, nos últimos dois anos, em relação a ações e intervenções de outros projetos da Redes da Maré que não tinham a primeira infância como objeto central, como a Casa das Mulheres da Maré<sup>4</sup>, o Nenhum a Menos<sup>5</sup> e o Maré de Direitos<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Sobre a Casa das Mulheres da Maré: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/36/casa-das-mulheres-da-mare>

<sup>5</sup> Sobre o projeto Nenhum a Menos: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/42/nenhum-a-menos>

<sup>6</sup> Sobre o projeto Maré de Direitos: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/19/mare-de-direitos>

No Brasil, as favelas são mais do que apenas aglomerados de habitações. Elas são, antes de tudo, símbolos de luta constante contra a desigualdade e a exclusão. Em 2019, segundo o IBGE, o país abrigava 13.151 favelas e assemelhados, com mais de 5 milhões de domicílios. No Rio de Janeiro, a situação é ainda mais pronunciada, com aproximadamente 450 mil domicílios situados em favelas.

Inserida nesse contexto, a Maré representa um microcosmo dessa realidade. Com 16 favelas, é o maior conglomerado da capital, situado à margem da Baía de Guanabara e atravessado por importantes vias expressas. Além disso, a população do bairro, comparada à de Copacabana ou à da Barra da Tijuca, é predominantemente jovem, com mais da metade dos moradores com menos de 30 anos (Censo Maré, 2013).





A história da Maré é rica e complexa, refletindo a trajetória de muitas favelas brasileiras. Originalmente composta por pântanos e manguezais, sua ocupação iniciou em 1940, com a construção da avenida Brasil. Desde então, o território cresceu em duas fases distintas, uma de ocupação espontânea e outra ligada a intervenções do poder público. Essa história moldou uma população diversa e heterogênea, com características únicas e distintas. A geografia da região, formada por seu processo histórico de ocupação e políticas habitacionais, conta uma história de resistência e reinvenção.

Sabe-se que a segregação da população pobre e negra, especialmente nas favelas e periferias, é uma parte intrínseca das desigualdades sociais e ambientais no Brasil. O racismo estrutural, associado ao desenvolvimento urbano desigual, cria condições precárias de vida, frequentemente marcadas pela escassez de acesso a serviços públicos essenciais e transporte público de baixa qualidade.

Nesse contexto, a Maré, em particular, é marcada por formas específicas de negligência estatal, apesar dos mais de 80 anos de esforços constantes de ativa participação social. As dinâmicas das violências sofridas, desigualmente, nas 16 favelas, incluindo a diversidade de seus habitantes e os direitos frequentemente negligenciados, tornam o território um espaço multifacetado de lutas e mobilizações comunitárias por respeito, dignidade e acesso à justiça.

Por isso, vale reiterar, a Maré não é uma unidade homogênea, mas um conjunto de favelas, cada uma com suas características territoriais próprias que influenciam a maneira como as privações de direitos e múltiplas violências são vivenciadas no cotidiano.

Além disso, a presença constante de grupos armados, associada à violência institucional perpetrada pelos agentes do Estado, molda de maneira única a experiência e a percepção da violência. Estudos recentes conduzidos pela Redes da Maré revelam que a violência se manifesta interpretada de várias maneiras por quem vive neste território. As crianças e os adolescentes, em particular, são profundamente afetados por essa realidade, enfrentando desafios únicos que moldam suas vidas desde tenra idade. Mais especificamente, as crianças na primeira infância vivem em um ambiente forjado por essas complexas dinâmicas territoriais e sociais.

As disputas territoriais, como sinalizado, são complexas e envolvem grupos ligados ao comércio ilegal de drogas ou a milicianos. A territorialidade desses grupos é determinada pela geografia da região, incluindo a disposição e características da ocupação habitacional, topografia e intervenções viárias. Essa territorialidade facilita operações de transporte e comercialização de drogas e armas, defesa contra invasões, posicionamento tático em confrontos, controle de acessos e rotas de fuga e até mesmo o relacionamento com a comunidade.

Essa lógica territorial cria diferentes arranjos em cada favela, com grupos armados e entidades estatais (que deveriam fornecer políticas sociais e direitos civis) interagindo de maneiras distintas. Em outras palavras, diferentes forças, lícitas e ilícitas, atuam nesses territórios, e a tensão entre elas resulta em vários tipos e dinâmicas de violência, inclusive simbólica, no cotidiano dos moradores e, entre eles, as crianças e os adolescentes.

A título de ilustração, cabe ressaltar que, de acordo com estudos promovidos pela Redes da Maré, a região é ocupada atualmente por três diferentes grupos armados, divididos em três domínios territoriais, cada um com uma porcentagem significativa da população de 0 a 6 anos entre seus moradores.

**Área 1**

Inclui Nova Holanda, Parque Maré, Parque Rubens Vaz e Parque União, abrangendo 38,7% da população total e 39,8% da população de 0 a 6 anos. Essa população convive com a presença do Comando Vermelho.

**Área 2**

Composta por Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Salsa e Merengue, Nova Maré, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros e Conjunto Pinheiros, reúne 48,6% da população total e 48,3% da população de 0 a 6 anos. Nessa região se manifesta a presença do Terceiro Comando Puro.

**Área 3**

Inclui Parque Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias, com 12,7% da população total e 11,9% da população de 0 a 6 anos. Nessa área há a presença de um grupo miliciano.

Nesse sentido, a região serve como um microcosmo vívido das tensões e dos desafios enfrentados em numerosas favelas brasileiras. A análise metódica dessas nuances foi indispensável para que a equipe do projeto pudesse abordar de maneira cuidadosa as questões de violência e desigualdade na região. Isso é particularmente relevante ao considerar-se o impacto duradouro que tais condições podem exercer sobre as crianças durante seus primeiros anos formativos.

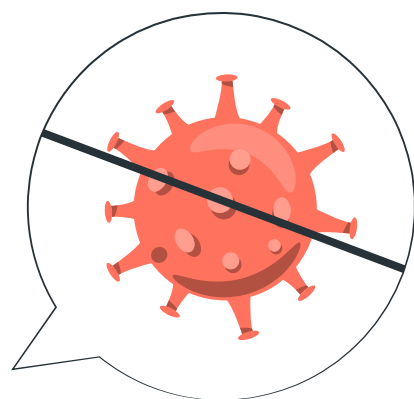
Paralelamente, a rica trajetória da Maré é um testemunho da resiliência e da determinação que caracterizam suas comunidades e organizações locais. Essa área não só exemplifica os obstáculos e desafios criados pela desigualdade racial, pela violência estatal e pelos conflitos com grupos armados, mas também destaca as maneiras pelas quais seus habitantes reinventam e resistem às privações a que são submetidos. Destaca-se, de todo modo, que as questões fundamentais para a vida dos residentes desse território simbolizam os desafios enfrentados pelas comunidades periféricas em todo o Brasil. Assim, elas requerem uma abordagem que seja, ao mesmo tempo, sensível, bem fundamentada e comprometida eticamente com o cuidado com a vida.

# 4

## PRIMEIRA INFÂNCIA NA MARÉ DURANTE A PANDEMIA DE COVID (2020 – 2022) — UMA JORNADA DE IMPACTO E INOVAÇÃO

**Criança Negra – Poesia (William Oliveira)**

“Criança negra  
 não tema,  
 a vida não é teu problema.  
 Do teu sorriso lembra,  
 que alivia toda a tormenta  
 de uma luta para não ser lenda.  
 Se desprenda,  
 da corrente que tenta  
 amordaçar, mesmo que lenta.  
 Pois a mão que apedreja,  
 também caleja,  
 mas entenda,  
 você é regra,  
 herói no dilema  
 de ser 8 ou 80.  
 Aprenda,  
 não é a renda,  
 somos a oferta,  
 merenda do sistema,  
 ferramenta que alimenta,  
 a Máquina sedenta.  
 Mas não há algema  
 que se sustenta,  
 quando a luta é lema.



Em um período marcado pela pandemia global, a equipe do projeto assumiu compromissos sem precedentes para entender e defender a primeira infância na Maré. Entre os anos de 2020 e 2022, os desafios, aprendizados e ações realizadas transcendem os números aqui apresentados.

O Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, em seu Art. 2º, adota como primeira infância “o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança”. Em outras palavras, esse recorte etário se estende, portanto, até os 5 anos e 11 meses. No entanto, considerando que as crianças que completam os primeiros 6 anos de vida no primeiro trimestre do ano (até 31 de março) possuem o direito legal de acesso ao Ensino Fundamental, e tendo em vista a duração do período desta pesquisa, a amostra incluiu todas as crianças com 6 anos completos, que ainda não haviam completado 7 anos de vida. Assim, são tratadas neste estudo as crianças da Maré que possuíam de 0 a 6 anos (ou 7 anos incompletos) na data da visita domiciliar em que a entrevista foi realizada.

Para dar conta desse desafio, algumas questões nortearam o trabalho de confecção do diagnóstico, a saber: “Como é a experiência da primeira infância na Maré?”; “Quais são os desafios e potencialidades para a vida de crianças de 0 a 6 anos que moram na região?”; “Como crescer nas 16 favelas da Maré implica a primeira fase formativa de crianças para realizar o potencial de sua existência cidadã?”. Cinco frentes de pesquisa e ação foram desenhadas para a produção do diagnóstico e permitiram intervenções que decorreram da metodologia da pesquisa participante. Essa abordagem possibilitou que a equipe de pesquisa não apenas se inserisse no campo ativamente, mas que também mobilizasse a população e os trabalhadores do território a participar e refletir sobre a experiência da infância na Maré.



### A. Frente de diagnóstico domiciliar

A equipe de campo visitou as casas das pessoas e aplicou 2.144 questionários nas 16 favelas da Maré. Esta jornada abriu janelas para as vidas de 3.837 crianças, das quais 2.796 com idade de 0 a 6 anos, compreendendo suas realidades em um momento crítico da História.

A pesquisa domiciliar foi desenhada por meio de amostra probabilística – sorteio ou seleção aleatória, estratificada por favelas. O número amostral foi definido a partir da quantidade estimada e proporcional de crianças na primeira infância para cada uma das 16 favelas da Maré. O sorteio amostral foi realizado pelos endereços de residência cadastrados pelo Censo Populacional da Maré do ano de 2013<sup>7</sup>. O cálculo contou com um alpha de 0,05, ou seja, um intervalo de confiança de 95%, que significa que as chances de representar a realidade estão dentro desse percentual. Esse critério de confiabilidade estatística é utilizado em todas as pesquisas amostrais nas ciências humanas e sociais.



Pesquisa de campo Primeira Infância na Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado. Foto: Douglas Lopes.

Do mesmo modo, antes do início do campo, foi aplicado o pré-teste (com 136 questionários) para validar o instrumento de coleta de dados e configurar uma estimativa de tempo de aplicação. Após esta etapa inicial, as questões foram enviadas para o Núcleo de Pesquisa e Monitoramento de Projetos (NUPEM) para programar o questionário eletrônico e configurá-lo em *tablets* para o uso da equipe em campo.

A partir da hipótese de que no momento da pesquisa de campo pudessem acontecer algumas situações que impedissem as entrevistas, tais como residências desocupadas, sem nenhum morador presente na hora da visita, recusa a responder, menores de 18 anos que não fossem os cuidadores das crianças ou que não houvesse criança na faixa etária estabelecida, foi realizada uma estratégia de substituição.

Caso se configurasse uma dessas condições, a aplicadora de campo se dirigia à casa imediatamente mais próxima, até encontrar o perfil desejado, e quando fosse localizada a residência no escopo do projeto, retornava ao endereço da fração amostral. Esta abordagem permitiu cobrir estatisticamente o objetivo de realizar um diagnóstico confiável na Maré. Outra estratégia relevante foi construída entre as pesquisadoras em campo, que estabeleceram maneiras próprias de divisão do trabalho, como aquelas que conseguiam melhor adesão de famílias à participação na pesquisa e passavam os questionários para as outras aplicarem.

Mesmo assim, a despeito desse exercício, em algumas favelas surgiram dificuldades de campo, principalmente nas áreas menos populosas onde havia menos crianças ou quando havia somente menores de 18 anos em casa (menores de 18 anos só podiam responder a pesquisa caso fossem mães e pais biológicos ou cuidadores das crianças). Nestes casos, o número de recusas afetava muito o alcance da meta e o sorteio foi substituído por amostragem bola de neve - seleção não probabilística com base na busca das pessoas que são o público-alvo de uma pesquisa por meio de outros indivíduos que possam indicar onde se localizam. Em suma, ao chegar a um lugar onde havia dificuldades para encontrar famílias com crianças na primeira infância, a equipe de pesquisa buscava informações com moradores, funcionários dos serviços públicos, associações de moradores e quaisquer outros indivíduos que pudessem indicar onde viviam famílias dentro do perfil da pesquisa.

<sup>7</sup> Redes da Maré, *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.  
[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MAI.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf)



### B. Frente de diagnóstico junto à rede de proteção social: conectando pontos

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuavam diretamente com as crianças e suas famílias junto a equipamentos de Saúde, de Educação e de Assistência Social. Ao todo foram 35 escolas participantes, incluindo equipamentos de Educação Infantil (14 unidades) e escolas com oferta do 1º ano do Ensino Fundamental (21 unidades). Além disso, as entrevistas também foram aplicadas em 7 equipamentos de Saúde, sendo 6 deles unidades básicas de Saúde da Família e 1 Centro de Atenção Psicossocial Infantil, 1 órgão da Assistência Social, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e 1 Conselho Tutelar.



Pesquisa de campo Primeira Infância na Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado. Foto: Douglas Lopes.

### C. Frente de acompanhamento sistemático de famílias

A equipe psicossocial do projeto também acompanhou 50 famílias em situação de insegurança alimentar, selecionadas no banco de dados da Redes da Maré, com informações sobre as mais de 20.000 famílias cadastradas da *Campanha Maré diz Não ao Coronavírus*<sup>8</sup>. Nessas famílias viviam 88 crianças de 0 a 6 anos e mais 41 crianças entre os 7 e os 12 anos, sendo que 80% das participantes responsáveis pelas crianças eram mulheres negras.

As principais estratégias de trabalho com essas famílias consistiram em identificar suas demandas e facilitar a elas o acesso a direitos básicos. Para tanto, o acompanhamento psicossocial incluiu a realização de atendimento individual remoto a famílias com crianças de 0 a 6 anos; promoveu a realização de visitas domiciliares; forneceu atendimento e acompanhamento presencial das famílias ("Plantão PIM"), e, ainda, garantiu a articulação com equipamentos da rede socioassistencial para encaminhamentos das famílias atendidas.



Encontro com mães e crianças do grupo Lona Cultural da Maré com o Projeto Primeira Infância na Maré. Foto: Douglas Lopes.

<sup>8</sup> Sobre a *Campanha Maré diz Não ao Coronavírus*, vide: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/72/mare-diz-nao-ao-coronavirus#fase2>



Tais núcleos participaram, ainda, de atividades coletivas, como a realização de oficinas de segurança alimentar e nutricional; de oficinas com as crianças; e de rodas de conversas com os adultos. Os encontros grupais tiveram frequência mensal e foram organizados por áreas do conjunto de favelas. Temas disparadores dos encontros, como segurança alimentar, saúde mental, direitos das crianças, entre outros, foram discutidos com os grupos de adultos de referência das crianças e, separadamente, nessas mesmas oportunidades, as crianças eram atendidas e escutadas em atividades lúdicas.

As atividades com os adultos e com as crianças se mostraram decisivas para a escuta qualitativa. As rodas de conversa proporcionaram a oportunidade de experimentar estratégias de intervenção e cuidado, com foco na escuta das pessoas e na conexão dos adultos com a sua infância, além de favorecer o intercâmbio de soluções estratégicas para a produção do cuidado com as crianças.

Ao longo dos 12 meses de acompanhamento das famílias, entre julho de 2021 e junho de 2022, foram realizados 40 encontros coletivos e 203 atendimentos de casos, entre visitas domiciliares, contatos por telefone/whatsapp ou presença da família nos locais de atendimento da Redes da Maré. Uma média de 4 contatos por família, para as quais buscou-se viabilizar os encaminhamentos necessários, sem contar com a procura das cuidadoras à equipe antes e depois dos encontros coletivos.

Nesse panorama, somam-se um total de 55 demandas atendidas de acesso a direitos junto a instâncias do poder público, em diferentes áreas, destacando-se: acesso à Justiça (26), benefícios sociais (8) e saúde mental (5), e outras questões como educação e trabalho (16). Conforme o monitoramento realizado posteriormente, mais da metade das demandas haviam sido solucionadas, porém alguns desfechos negativos também foram identificados, especialmente em casos relacionados à saúde mental.

Além desses aspectos quantificáveis, o acompanhamento individualizado das famílias, que propiciou o acesso a direitos, também fortaleceu os vínculos com o Projeto e com a temática da Primeira Infância. Desse modo, o acompanhamento psicossocial estabeleceu ou sedimentou articulações com as instituições que integram a rede de proteção das crianças na primeira infância no território, uma vez que a equipe realizava contato sistemático com os grupos afora as visitas institucionais para encaminhar famílias e/ou discutir casos mais destacados.

#### **D. Frente de formação continuada dos colaboradores: crescendo juntos**

A mudança começa de dentro, mesmo em tempos de crise. Por isso, investimos na formação contínua de nossa equipe, fortalecendo nossos objetivos e ajustando-nos às circunstâncias da pandemia.

Diante disso, o primeiro desafio foi trabalhar com a equipe de pesquisa, composta majoritariamente de mulheres com vínculos com os territórios de favela, para desconstruir estereótipos que consolidam nas pessoas faveladas o pensamento equivocado de que “não tiveram infância” ou de que sua “infância lhes foi roubada”. Contra essa perspectiva, o foco do trabalho foi conhecer, reconhecer e também qualificar as experiências territoriais de parentalidade a partir de seus próprios parâmetros, e estruturaram, por consequência, uma prática de cuidado própria a cada território da Maré.



Equipe de pesquisa sobre Primeira Infância na Maré. Foto: Douglas Lopes



Para isso, foram realizados *8 encontros* de formação continuada com a equipe técnica sobre temas típicos que perpassam o trabalho, além da discussão de instrumentos de pesquisa, de atendimento e acompanhamento, e monitoramento e avaliação do Projeto. Foram, também, criados grupos estudo com a equipe para debate e aprofundamento dos conteúdos sobre a primeira infância, disparados pela discussão coletiva da obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Por fim, foram criados espaços abertos de conversas formativas com os trabalhadores que se relacionam com essa população no território da Maré, especialmente junto aos Eixos da Redes da Maré e rede local de profissionais parceiros que atendem a população da primeira infância na Maré.

Ao final, foram contabilizadas **7 sessões formativas** abertas ao público externo, que reuniram em média 25 pessoas por sessão, totalizando 178 presenças (uma mesma pessoa pode estar contando mais de uma vez). Eram representantes de diferentes parceiros que atuam na Maré, entre eles: escolas públicas, abrigos para crianças, o CAPSi, a ONG Luta pela Paz e integrantes da própria Redes da Maré. Além disso, a equipe também realizou um workshop de 3 encontros sobre a abordagem PIKLER com profissionais da 2ª Vara da Infância do Rio de Janeiro.

Para qualificar o estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica em sites oficiais sobre as políticas públicas em atuação no campo da Primeira Infância. Também pesquisamos sobre a área da Maré e os equipamentos públicos que nela estão presentes. Esse levantamento envolveu a solicitação formal de informações aos órgãos públicos, por meio da Plataforma Brasil e através dos centros de estudos e informação correspondentes às secretarias municipais, de dados quantitativos.

## E. INCIDÊNCIA POLÍTICA: UMA VOZ PARA A MUDANÇA

A incidência política foi o fio condutor do projeto, uma força motriz para a promoção de ações estruturantes que visamos alcançar. Com 15 encontros para planejar ações de *advocacy* e 53 reuniões para promover a incidência política, construímos uma estratégia de impacto que ressoou em todos os níveis na segunda fase do Projeto.

Por um lado, a incidência política promoveu transformações nas relações locais, como, ao pautar o Estatuto da Primeira Infância junto à rede local de proteção social. Isso incluiu a participação de atores comunitários da Maré e profissionais da saúde, educação e assistência social nas atividades da frente formativa. Já numa perspectiva macropolítica, o projeto buscou se estabelecer como uma ferramenta para influenciar na territorialização e na implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância na Maré. A compreensão das demandas e da condição da primeira infância na Maré, analisadas e consideradas territorialmente, como esta pesquisa pretende, é essencial para que a proposição de políticas públicas esteja alinhada com a realidade desse espaço.

Por certo, este é um investimento cujos resultados serão palpáveis a médio e longo prazo, em que o presente relatório se faz essencial no sentido de disseminar os achados do diagnóstico junto a instâncias tomadoras de decisão aos níveis Municipal, Estadual e Federal. Para isso, a seção final de recomendações deste material foi estruturada para pautar (e monitorar) mudanças importantes, informadas por este diagnóstico, em direção à construção de políticas estruturantes para a garantia dos direitos das crianças da Maré.



Encontro com mães e crianças do grupo Lona Cultural da Maré com o Projeto Primeira Infância na Maré.  
Foto: Douglas Lopes

#### 4.1 Estratégias de campo

A experiência e a capilaridade da Redes da Maré no conjunto de suas 16 favelas foram cruciais para a realização deste diagnóstico em múltiplas frentes. Em todas as favelas pesquisadas, a estratégia de abordagem territorial foi iniciar o contato com lideranças comunitárias, tais como as associações de moradores, as escolas e as unidades de saúde.

Para isso, a coordenação do projeto elaborou protocolos de segurança junto a especialistas para a consolidação de práticas de cuidados sanitários. Por meio da cooperação local com a Fundação Oswaldo Cruz, que possibilitou o acesso a informações confiáveis para a condução da pesquisa, foi viável minimizar os efeitos da pandemia por meio da oferta de testes e vacinação para a população da Maré, sem expor os tecedores (forma como nos referimos aos profissionais que atuam na Redes da Maré) envolvidos na iniciativa.

Nesse período, a pesquisa visou entender os efeitos específicos das condições locais sobre o modo de vida e a organização comunitária em cada área ou favela para atender de maneira mais objetiva a cada grupo. Merece destaque que a imersão no campo de investigação iniciou no princípio do ano de 2020, quando pouco se sabia sobre o controle e o impacto da pandemia de covid-19. Por isso, a circulação na cidade do Rio de Janeiro, e especificamente na Maré, era bastante reduzida.

Para ampliar o conhecimento sobre os protocolos durante esse período, foi elaborado um material com orientações de saúde, incluindo medidas como a exclusão de pessoas do grupo de risco, a apresentação de teste negativo para covid-19 e o reforço constante da importância dos cuidados com a higiene pessoal.

Naturalmente, o principal desafio naquele momento foi realizar entrevistas que duravam mais de 40 minutos, protegendo todos os envolvidos do risco da contaminação por um vírus letal. Para isso, foram utilizados recursos como protetores faciais, máscaras padrão N 95 e álcool em gel. As entrevistas foram realizadas em ambientes abertos e as pesquisadoras não entraram nas casas das pessoas, optando-se por realizar as entrevistas em apenas um turno do dia.

Como não poderia deixar de ser, a segurança das pessoas era uma preocupação constante, e as pesquisadoras frequentemente trabalhavam em grupos. Elas também usavam uniformes e crachás para se identificar. A maioria das entrevistas foi realizada durante o dia, de segunda a sexta-feira, mas algumas foram feitas à noite ou nos finais de semana para acomodar as demandas dos entrevistados.

O questionário era extenso, com 130 perguntas, incluindo questões fechadas e de múltipla escolha. O tempo de aplicação variava, dependendo do número de crianças e gestantes na casa, e cada pesquisadora podia realizar de 4 a 10 entrevistas por dia.

Apesar dos desafios, a pesquisa revelou informações qualitativas importantes sobre a vida nas favelas, dando visibilidade à experiência territorial e às formas como os moradores da Maré enfrentam problemas cotidianos, muitas vezes agravados pela ausência de políticas públicas e pela persistência do racismo estrutural. A equipe percebeu que simplesmente perguntar sobre a experiência com as crianças tinha um impacto significativo, destacando a falta de promoção de direitos para a infância e a necessidade de uma abordagem mais reflexiva sobre essas questões.

Mediante uma abordagem segura, a Redes da Maré conseguiu envolver pelos desafios únicos do território no contexto da pandemia, fornecendo percepções valiosas que poderão subsidiar de maneira consistente futuras políticas de cuidado territorial. O compromisso ético da equipe de pesquisa, juntamente com a cooperação dos moradores, tornou este estudo uma referência de pesquisa de campo em tempos de crise.

4.2 Demografia da Maré

O estudo considerou a condição e a determinação geopolítica da infância na Maré, definida por marcadores sociais de raça, classe, gênero e deficiência. O Censo Populacional da Maré 2013<sup>9</sup>, além de ser o levantamento mais recente, é a única fonte que apresenta os dados desagregados por favela (no Censo Demográfico do IBGE, é possível encontrar alguns dados por setor censitário, porém, seus limites não coincidem com os limites das favelas).

No total, o Censo Maré indicou 14.885 crianças de 0 a 6 anos. A favela com a maior população na primeira infância era o Parque União, com 15,2% do total, seguida por Vila dos Pinheiros (11,7%), Nova Holanda (11,1%) e Vila do João (10,1%). A menor população de 0 a 6 anos estava concentrada na Praia de Ramos, com apenas 2%.

O diagnóstico foi realizado visando explorar as múltiplas práticas de cuidado e políticas intersetoriais de atenção à primeira infância nas favelas da Maré. Mas a pesquisa foi além da mera descrição das condições materiais e objetivas em cada favela, uma vez que investiu na construção de um entendimento profundo das diversas práticas de cuidado instituídas com as crianças nesse território.

Partindo desse princípio, mais do que simplesmente quantificar e identificar essas crianças, a pesquisa focou em conhecer suas reais condições de vida. Isso se deve ao fato de que a equipe de pesquisa acreditava que somente através desse diagnóstico e da compreensão resultante seria possível legitimar a proposição de políticas de cuidado.




<sup>9</sup> Id. Censo Populacional da Maré, 2019.

	UNIDADE TERRITORIAL	0 A 3 ANOS			4 A 6 ANOS			TOTAL		
		♂	♀	TOTAL 0-3	♂	♀	TOTAL 4-6	♂	♀	TOTAL 0-6
ÁREA 1	PARQUE UNIÃO	603	575	1.178	512	567	1.079	1.115	1.142	2.257
	NOVA HOLANDA	450	472	922	354	375	729	804	847	1.651
	PARQUE MARÉ	377	399	776	322	346	668	699	745	1.444
	PARQUE RUBENS VAZ	166	137	303	154	117	271	320	254	574
ÁREA 2	VILA DOS PINHEIROS	382	462	844	445	448	893	827	910	1.737
	VILA DO JOÃO	420	376	796	370	342	712	790	718	1.508
	BAIXA DO SAPATEIRO	251	257	508	185	197	382	436	454	890
	SALSA E MERENGUE	188	172	360	227	172	399	415	344	759
	MORRO DO TIMBAU	178	169	347	141	142	283	319	311	630
	CONJUNTO ESPERANÇA	116	119	235	104	121	225	220	240	460
	NOVA MARÉ	119	119	238	107	98	205	226	217	443
	CONJUNTO PINHEIROS	99	107	206	93	88	181	192	195	387
	CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	102	95	197	89	93	182	191	188	379
ÁREA 3	PARQUE ROQUETE PINTO	212	223	435	172	181	353	384	404	788
	MARCÍLIO DIAS	157	165	322	178	185	363	335	350	685
	PRAIA DE RAMOS	56	66	122	83	88	171	139	154	293
	TOTAL	3.876	3.913	7.789	3.536	3.560	7.096	7.412	7.473	14.885




Fonte: Censo da Maré, 2013

4.3 Perfil da Amostra

Segundo o Censo Maré, há 47.758 residências distribuídas nas 16 favelas que conformam a região:

 FAVELA	 POPULAÇÃO	 RESIDÊNCIAS
PARQUE UNIÃO	20.567	7.600
VILA DOS PINHEIROS	15.600	5.067
NOVA HOLANDA	13.799	4.601
PARQUE MARÉ	13.164	4.552
VILA DO JOÃO	13.046	4.453
BAIXA DO SAPATEIRO	9.329	3.287
PQ. ROQUETE PINTO	8.132	2.867
SALSA E MERENGUE	6.791	2.395

Ao todo, foram aplicados 2.144 questionários nas entrevistas domiciliares com responsáveis por 3.837 crianças de até 12 anos na Maré, incluindo 2.796 crianças de 0 a 6 anos. Esses dados fornecem uma amostra representativa da região e ajudam a entender as condições geopolíticas que afetam as famílias e as crianças na primeira infância.

 FAVELA	 POPULAÇÃO	 RESIDÊNCIAS
MORRO DO TIMBAU	6.709	2.359
MARCÍLIO DIAS	6.342	2.248
PARQUE RUBENS VAZ	6.222	2.163
CONJUNTO ESPERANÇA	5.356	1.870
CONJUNTO PINHEIROS	4.028	1.342
CONJ. BENTO R. DANTAS	3.553	943
PRAIA DE RAMOS	3.221	1.064
NOVA MARÉ	3.215	944
TOTAL	139.074	47.755

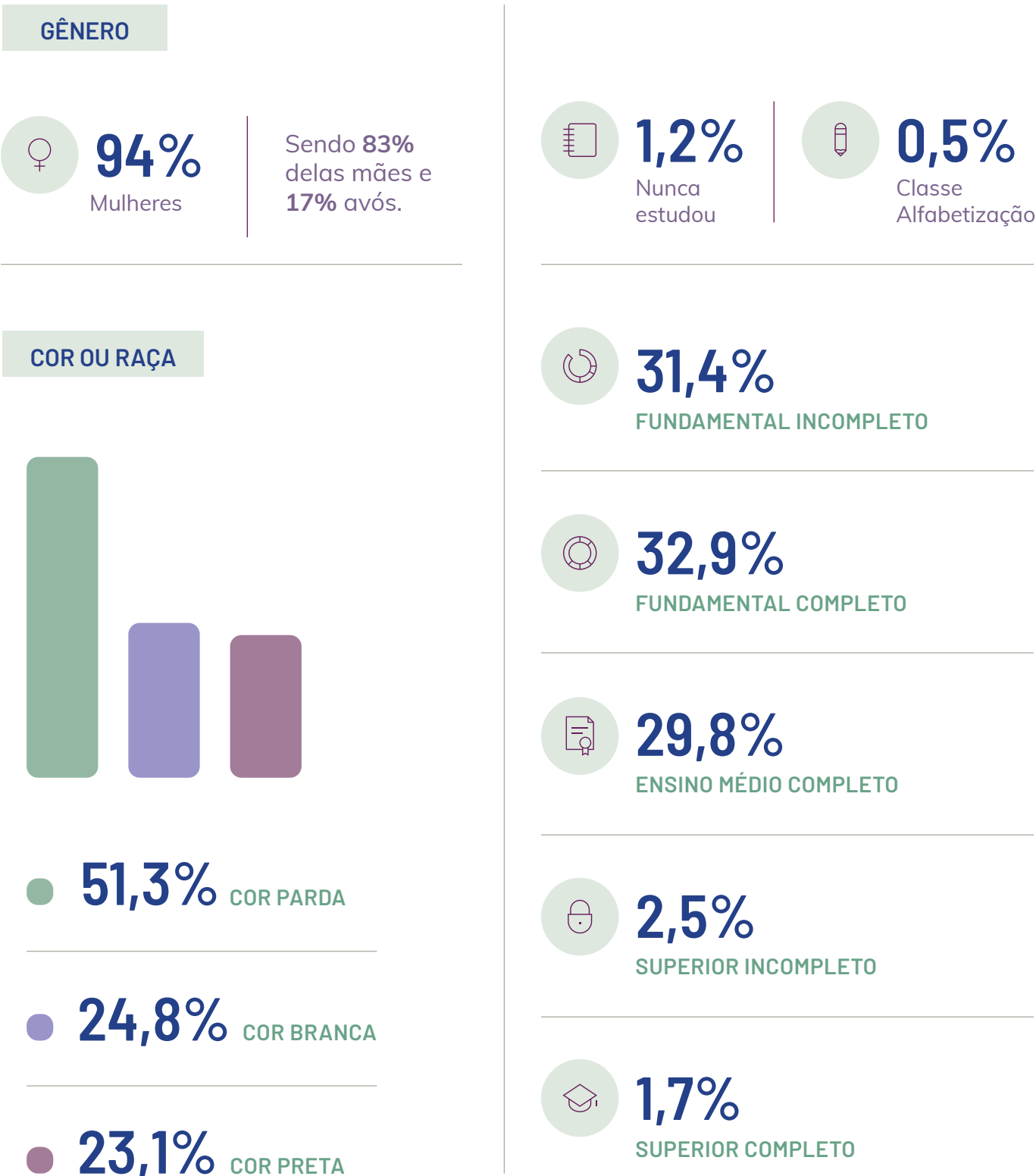


<div><div></div><div>FAVELA</div></div>	<div><div></div><div>QUANTIDADE DE RESPONDENTES</div></div>	<div><div></div><div>DE 0 A 6 ANOS</div></div>
BAIXA DO SAPATEIRO	170	213
CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS	100	122
CONJUNTO ESPERANÇA	108	132
CONJUNTO PINHEIROS	103	123
MARCÍLIO DIAS	100	123
MORRO DO TIMBAU	116	147
NOVA HOLANDA	219	305
NOVA MARÉ	111	155
PARQUE MARÉ	223	291
PARQUE ROQUETE PINTO	101	135
PARQUE RUBENS VAZ	160	132
PARQUE UNIÃO	103	215
PRAIA DE RAMOS	103	123
SALSA E MERENGUE	103	148
VILA DO JOÃO	118	143
VILA DOS PINHEIROS	209	289
TOTAL	2.147	2.796



Encontro com as crianças e famílias atendidas pelo projeto Primeira Infância na Maré, na Casa das Mulheres da Maré. Foto: Douglas Lopes.

PERFIL DOS/AS RESPONDENTES DA PESQUISA DOMICILIAR





## RENDFA FAMILIAR



32,8%

Indicaram ter renda familiar mensal de até um salário-mínimo (valor vigente em 2021, de R\$1.100,00), somando-se todos os membros da família.

## TRABALHO



29,7%

que trabalhavam e desses:



49,8%

o faziam dentro da Maré



46%

trabalhavam fora da Maré



4,2%

transitavam dentro e fora da Maré para trabalhar.

## ALIMENTAÇÃO



59,6%

sempre comem juntas



15,8%

comem juntas muitas vezes



12,5%

comem juntas às vezes



6,5%

comem poucas vezes juntas



5,6%

nunca comem juntas



5%

fazem, no máximo, duas refeições por dia

## RESPONSABILIDADE PELO SUSTENTO

39,5%

pai como principal responsável

38,0%

mãe como principal responsável

17,4%

avó ou avô como principal responsável

44,7%

pai, avô ou padrasto como principal responsável

51,2%

somando as que têm mãe, avó ou madrastra como principal responsável

4,1%

outros familiares como principal responsável

A partir da exposição desses dados, conclui-se que, na maioria dos lares, a mulher é indicada como responsável pelo sustento da família (51,2%). Ainda que o pai seja apontado como provedor em 39,5% das residências, é notório que a mulher assume também a responsabilidade pelo cuidado com as crianças, especialmente na primeira infância.

Outro aspecto relevante concentra-se no fato de que o perfil socioeconômico de respondentes revela alguns sinais de suscetibilidade a processos de vulnerabilização, frente aos recursos e modos de vida que restringem o desenvolvimento humano de sujeitos e comunidades. Considera-se que a vulnerabilização da população da Maré se deve, principalmente, à omissão e **negligência estatal**, aqui compreendida como ausência ou oferta precarizada de políticas públicas, falta de acesso aos direitos e à rede de proteção social associada à criminalização territorial e a intervenções bélico-militarizadas, que historicamente caracterizam a política de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Além destes aspectos de perfil individual das pessoas responsáveis pelos cuidados das crianças, é importante examinar o ambiente domiciliar no qual os cuidados são praticados. O quadro a seguir sintetiza alguns aspectos centrais:

COMPOSIÇÃO DOMICILIAR

- Média de 4,32 pessoas por domicílio.
- 18,5% dos domicilios com mais de 5 pessoas, chegando até 15 pessoas.

AMBIENTE DOMICILIAR PARA CRIANÇAS

- Variedade de cuidadores e arranjos coletivos de cuidado.
- Domicílios em que o respondente mora apenas com as crianças: 6%.
- Coabitação de um casal: 54,6%.

NÚMERO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA (0 A 6 ANOS)  
POR DOMICÍLIO

- **1 criança:** 74,5%
- **2 crianças:** 21,4%
- **3 crianças:** 3,5%
- **4 crianças:** 0,5%
- **5 ou 6 crianças:** 0,1%

MORADIA

- Majoritariamente as famílias não tinham casa.própria. Enquanto 42,2% moravam em casas alugadas, 8,6% residiam em situação de favor, ocupação ou posse.
- As casas, na grande maioria, eram de alvenaria e contavam com 4 ou 5 cômodos em 65,3% dos casos.
- 96,7% das residências têm acesso à rede de eletricidade e 94,4% dos entrevistados responderam ter iluminação pública em suas ruas. Porém, 44,6% informaram ter problemas com o fornecimento de eletricidade.
- 44,7% informaram que em dias de chuva a rua onde moram fica alagada.

ACESSO À ÁGUA

- **370 famílias** (aproximadamente 17,3%) costumam ter problemas de acesso à água.
- **337 famílias** (aproximadamente 15,7%) indicam problemas com a qualidade da água.
- Apenas 50,9% dos respondentes informaram ter filtro em casa, 16,5% compram água mineral e 2,6% fervem a água da torneira.

#### 4.5 Impactos da Pandemia na Primeira Infância na Maré: Uma Análise Detalhada

A crise provocada pela pandemia de covid-19 teve forte efeito sobre as condições de vida das crianças no país. Se antes da pandemia, em 2019, a taxa de pobreza entre as crianças de até 6 anos era de 41,5%, em 2021, ela chegou a 44,7%. **Em termos absolutos, isso significa que, em 2021, tínhamos 7,8 milhões de crianças em situação de pobreza, e 2,2 milhões em situação de pobreza extrema. Entre as pessoas negras a taxa de pobreza era de 54,3%, e a taxa de pobreza extrema ficava em 16,3%.**

**Assim, com a aplicação dos questionários, o projeto pôde identificar que 1.160 pessoas/famílias (54,1%) tiveram dificuldade para se alimentar durante a pandemia. Mais grave ainda a revelação de que, em 252 domicílios (11,8% da amostra), alguém da família deixou de comer ou pulou refeições para não faltar alimento para as crianças.**

Como se nota, a pandemia de covid-19 não apenas afetou a saúde global, mas também agravou as condições de injustiça e negligência por parte do Estado nas favelas, a exemplo da Maré. Para aprofundar a dimensão do agravamento da situação, exploraremos como isso afetou especificamente as crianças da Maré:

#### 1. Agravamento das condições de saúde:

A pandemia acentuou as condições sanitárias e de saúde mental e física nas favelas. Quando observados os dados referentes à saúde mental, no universo de 2.144 questionários aplicados, 125 pessoas disseram ter buscado ajuda em relação ao campo da saúde mental e não ter conseguido acesso. Nesse quantitativo, 122 pessoas são mulheres. A falta de medidas efetivas do Estado para conter a pandemia e seus efeitos resultou em uma “sindemia”, na qual a pandemia e as desigualdades se potencializaram.

#### 2. Efeitos na educação e na vida familiar

As crianças da Maré foram afetadas de várias maneiras pela pandemia: ficaram sem aulas e merendas devido ao fechamento de escolas, sofreram injustiça digital no ensino remoto, experimentaram a perda de familiares, viveram o confinamento em domicílios superlotados e mais uma série de consequências desse contexto. Isso levou a problemas como pobreza infantil, insegurança alimentar, desnutrição, agravos à saúde mental, aumento da evasão escolar, da desigualdade educacional e da orfandade.

#### 3. Sobrecarga dos responsáveis

Os cuidadores foram sobrecarregados durante a pandemia, enfrentando demandas particulares de atenção, subsistência e educação. Entre os respondentes da pesquisa, 95,8% enfrentaram algum nível de dificuldade, com 51,5% encontrado com muitas ou graves dificuldades.

#### 4. Impactos na renda e na segurança alimentar

A pandemia afetou significativamente a renda familiar, com 72,5% indicando uma diminuição do poder aquisitivo. Por esse motivo, 71,9% das famílias tentaram recorrer ao auxílio emergencial do Governo. Sem ele, 60,4% não teriam conseguido manter a casa e seus moradores. A equipe do projeto chegou a identificar crianças das famílias participantes que demonstravam pouco desenvolvimento nas atividades coletivas e, gradualmente, foram verificadas situações de fome ou de pobreza nutricional.

### 5. A importância das cestas básicas

48,3% dos domicílios receberam cestas básicas da campanha “Maré diz não ao Coronavírus”. Em 36,6% dos casos, as cestas foram os únicos alimentos disponíveis para suas famílias. Com o fim da primeira etapa da campanha, em 2020, 87,4% dos respondentes ainda afirmaram que foi preciso contar com ajuda para alimentação de suas famílias. Em 2021, iniciou uma segunda fase da campanha – centrada em segurança alimentar, direito à educação e cuidados com a saúde – e 31,5% dos respondentes relataram ter tido a necessidade de pedir doações de cestas básicas e kits de higiene à Redes da Maré.

### 6. A negligência Estatal






Esses números evidenciam os níveis de adversidade e desamparo que a população da Maré sofreu. A sociedade civil e as mobilizações comunitárias desempenharam um papel vital na sobrevivência de milhares de famílias, evidenciando a negligência do Estado.

# 5

## O ACESSO A DIREITOS PELAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NA MARÉ

Pensar o desafio de acesso a direitos é fundamental para se compreender como práticas de cuidados à primeira infância são desenvolvidas, no contexto das favelas, no encontro entre crianças e adultos. Com as escolas fechadas, a falta de alternativas deixou principalmente mulheres (mães e avós) encarregadas dos cuidados com as crianças. Muitas respondentes eram as principais responsáveis pelo sustento da família, muitas vezes com renda mensal de até 1 salário-mínimo e por meio de benefícios sociais.

No quadro ao lado, apresentamos o nível percentual de dificuldade no acesso às políticas públicas de saúde, assistência e educação. Para essa amostra consideramos a soma das classificações de “tempo todo” e “frequentemente” respondidas pelas pessoas entrevistadas.

NÍVEL DE DIFICULDADE NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS				
 FAVELA	 QUANTIDADE DE RESPONDENTES	 SAÚDE	 ASSISTÊNCIA SOCIAL	 EDUCAÇÃO
BAIXA DO SAPATEIRO	170	38%	39%	10%
CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	100	46%	53%	3%
CONJUNTO ESPERANÇA	108	37%	45%	5%
CONJUNTO PINHEIROS	103	40%	52%	5%
MARCÍLIO DIAS	100	43%	45%	5%
MORRO DO TIMBAU	116	36%	56%	7%
NOVA HOLANDA	219	47%	6%	7%
NOVA MARÉ	111	43%	4%	7%
PARQUE MARÉ	223	61%	12%	8%
PARQUE ROQUETE PINTO	101	35%	3%	5%
PARQUE RUBENS VAZ	100	56%	3%	4%
PARQUE UNIÃO	160	45%	11%	9%
PRAIA DE RAMOS	103	48%	3%	5%
SALSA E MERENGUE	103	57%	7%	4%
VILA DO JOÃO	118	36%	6%	6%
VILA DOS PINHEIROS	209	60%	26%	10%
TOTAL	2.144	47%	22%	7%

### 5.1 Assistência social e acesso à cidadania

A pesquisa “Primeira Infância na Maré” visou identificar dificuldades enfrentadas pelos moradores da Maré para acessar recursos e dispositivos da assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituiu um programa nacional de registro social, que, através do Número de Identificação Social (NIS) destinado pelo Cadastro Único (CadÚnico), permite o acesso a um conjunto de políticas públicas e sociais designadas pelas esferas dos governos Federal, Estadual e Municipal. Ocorre que grande parte das respondentes desconhecia as formas de acesso a essa política. Portanto, entende-se que a primeira barreira de acesso à cidadania e à assistência social é a dificuldade de registro no CadÚnico, que resulta diretamente no não aproveitamento dos benefícios sociais ofertados. O mesmo ocorre quanto a dificuldades de acesso a dispositivos de assistência social em geral e, especificamente, se considerarmos que inexistem equipamentos públicos especializados na primeira infância dentro da Maré para além dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) e das creches.

Em tempos críticos, essa dificuldade de acesso se revela brutal. Como é de se esperar, a demanda por auxílios na Maré foi intensificada durante a Pandemia de covid-19, quando milhares de famílias precisaram recorrer não apenas às iniciativas promovidas pelo poder público, mas também às alternativas solidárias oferecidas pela sociedade civil, como a *Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus*.





#### Realidade de pobreza e negligência do Estado:

- **57,4%** das famílias não recebem nenhum benefício.
- Impacto direto na primeira infância: Considerando que o maior dispêndio das famílias pobres foi identificado como sendo com alimentação, especialmente no período da pandemia, a dificuldade de acesso integral a benefícios compromete a segurança alimentar de famílias e o acesso à alimentação adequada ao desenvolvimento infantil.
- Iniciativas solidárias, como a *Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus*, distribuíram 1.980 toneladas de alimentos entre março e dezembro de 2020.



RENDA FAMILIAR INSUFICIENTE

Número de famílias que acessam benefícios socioassistenciais

 FAVELA	 QUANTIDADE DE RESPONDENTES	 BENEFÍCIOS EM NÚMEROS	 PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS
BAIXA DO SAPATEIRO	170	74	44%
CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	100	27	27%
CONJUNTO ESPERANÇA	108	40	37%
CONJUNTO PINHEIROS	103	32	31%
MARCÍLIO DIAS	100	55	55%
MORRO DO TIMBAU	116	33	28%
NOVA HOLANDA	219	128	58%
NOVA MARÉ	111	64	58%
PARQUE MARÉ	223	94	42%
PARQUE ROQUETE PINTO	101	42	42%
PARQUE RUBENS VAZ	100	50	50%
PARQUE UNIÃO	160	54	34%
PRAIA DE RAMOS	103	43	42%
SALSA E MERENGUE	118	41	40%
VILA DO JOÃO	209	45	38%
VILA DOS PINHEIROS	100	74	35%
TOTAL	2.141	896	42%

Do exposto no quadro ao lado, pode-se depreender:

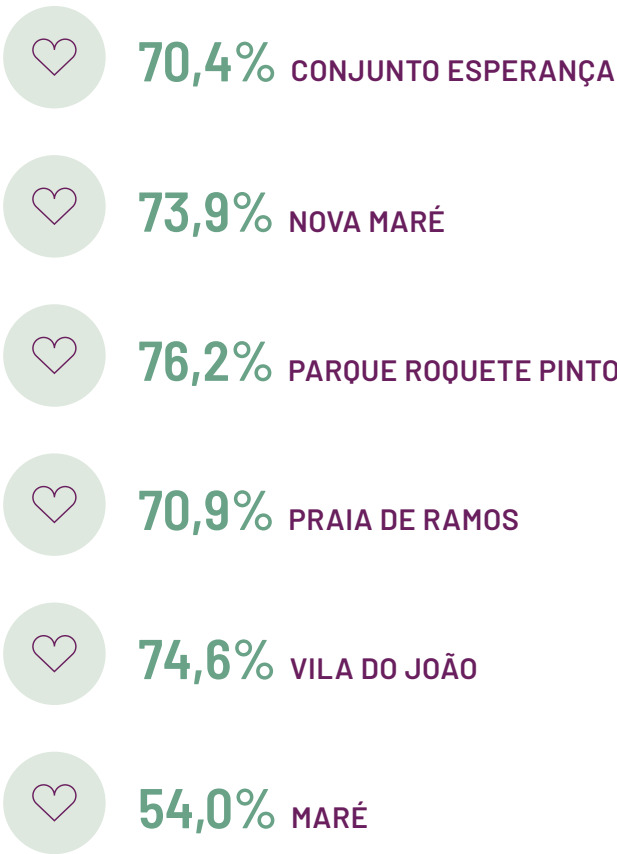
- A renda familiar na Maré é, em sua maioria, insuficiente para garantir alimentação adequada para os seus membros e o acesso aos programas de distribuição de renda, que seriam fundamentais para mitigar os danos resultantes dessa desigualdade, foi insuficiente no período da pesquisa.
- Políticas públicas são necessárias para reverter a desigualdade extrema e estrutural no território.
- Construir políticas públicas que garantam o acesso a direitos para a população, tanto emergenciais quanto continuadas, consiste em um desafio que deve ser superado com pesquisas consistentes e parcerias entre distintos atores sociais.

5.2 Saúde e bem-estar

Buscou-se investigar também o impacto das políticas públicas de saúde nos territórios da Maré, considerando que o acesso das famílias ao direito à saúde revelaria a efetividade e o alcance de tais políticas para essa população. Sobre acompanhamento em saúde, **96,7% das famílias afirmaram que as crianças possuem Caderneta da Criança** e 92,0% as usam principalmente para a vacinação das crianças. Porém, **64,6% da população respondente enfrenta algum tipo de dificuldade no acesso ao direito à saúde e a equipamentos públicos na Maré**. Em algumas favelas, a dificuldade de acesso à saúde é impactante, como no Parque Maré, onde 50,7% dos respondentes afirmaram ter dificuldade de acessar os serviços da saúde “o tempo todo”. Percentual semelhante se reproduz no Parque Rubens Vaz, com 45%, e em Salsa e Merengue com 43,7% dos entrevistados respondendo que têm dificuldade de acessar a saúde “o tempo todo”.

A saúde é uma das principais preocupações de adultos responsáveis pela criação de crianças: em 5 das 16 favelas, a preocupação com a saúde da criança aparece nas respostas de mais de 70% dos entrevistados, conforme se observa a seguir:

SAÚDE COMO PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DE CUIDADORES DE CRIANÇAS



Informações da saúde da primeira infância para as unidades de saúde da Maré

Das 10 unidades de saúde que atendem as famílias da região, 7 responderam aos questionários aplicados pela nossa equipe:

- 1) Clínica da Família Augusto Boal (Morro do Timbau);
- 2) Clínica da Família Dr. Adib Jatene (Vila dos Pinheiros);
- 3) Clínica da Família Diniz Batista dos Santos (Parque União);
- 4) Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva (Nova Holanda);
- 5) Centro Médico de Saúde da Vila do João (Vila do João);
- 6) Centro Médico de Saúde Américo Veloso (Praia de Ramos);
- 7) Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil Visconde de Sabugosa (CAPSi-II), que está localizado fora da Maré, mas é a única referência para a atenção em saúde mental para as crianças e adolescentes moradoras da Maré.

- O número de famílias residentes na Maré com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos cadastradas nas unidades de Atenção Básica totalizava somente 10.440 cadastros.

- Todos os equipamentos de saúde entrevistados afirmaram que durante o primeiro ano de vida das crianças, os agentes comunitários de saúde visitam mensalmente as famílias cadastradas, mas que a frequência das visitas pode ser semanal em casos específicos.

- Nos 7 equipamentos entrevistados, o acompanhamento do desenvolvimento da criança na primeira infância foi registrado na caderneta de vacinação e no prontuário eletrônico.

- 6.527 crianças de 0 a 6 anos residentes na Maré foram vacinadas em 2019 e 2020, segundo dados das unidades de saúde CMS VILA DO JOÃO, CMS AMÉRICO VELOSO e CF JEREMIAS MORAES DA SILVA.

- 72 crianças de 0 a 6 anos residentes na Maré possuem algum tipo de deficiência, conforme dados das unidades: CMS VILA DO JOÃO, CMS AMÉRICO VELOSO, CF MIN. DR. ADIB. JATENE, CF AUGUSTO BOAL e CF DINIZ BATISTA DOS SANTOS.

- 39 notificações de violências e violações de direitos às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos residentes na Maré foram realizadas em 2019 e 2020, conforme as unidades de saúde CMS VILA DO JOÃO, CMS AMÉRICO VELOSO, CF MIN. DR. ADIB. JATENE, CF JEREMIAS MORAES DA SILVA e CAPSi VISCONDE DE SABUGOSA. Vale destacar que a maior parte foi no CAPSi, com 20 notificações.



## SAÚDE MATERNA E GESTACIONAL

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) revela a determinação geopolítica da experiência de saúde das populações. A morte neonatal é considerada uma causa evitável. Por isso, a atenção à saúde pública no acompanhamento gestacional é vital.

Para diagnosticar as condições de produção de cuidado oferecidas pelos familiares das crianças na primeira infância na Maré, é absolutamente relevante compreender o acesso a direitos e serviços de saúde no período gestacional e perinatal. Esses aspectos, quando analisados de maneira articulada com as avaliações de saúde das crianças e com as condições de amamentação, revelam indicadores cruciais dos cuidados possíveis com a primeira infância na região.



Taxas de Mortalidade Infantil no Brasil

- Em 2021, o Brasil registrou 11,9 óbitos entre menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos.
- No Estado do Rio de Janeiro, a taxa foi de 12,7 para 1.000 nascidos vivos em 2021.

Situação na Maré

- Do total de 2.144 pessoas entrevistadas, 60 responderam que alguma criança da família morreu.
- Causas das mortes informadas nas entrevistas incluem broncoaspiração, problemas cardiorrespiratórios, pneumonia, problemas no parto, desnutrição e erro médico.
- **85 respondentes** indicaram complicações após o parto.
- **133 mães** e **126 crianças** ficaram internadas após o parto.

Acompanhamento durante a gestação

- **36,1%** das mulheres-mães não tiveram acompanhamento do pai.
- **32,6%** enfrentaram dificuldades durante a gestação.
- **19,3%** enfrentaram dificuldades financeiras.
- **0,6%** tiveram problemas de saúde.
- **6,7%** sentiram-se pouco acompanhadas ou sem apoio da família.
- **5,4%** tornaram-se mães solo.

Parto

- 90,4%** em hospital público.
- 7,9%** em hospital particular.
- 0,8%** em casa.
- 63,9%** partos normais.
- 34,6%** cesáreos.

Caderneta de Gestante

- 95,5%** tiveram caderneta.
- 90,8%** a utilizaram.
- 2,8%** tiveram problemas com a saúde do bebê.
- 2,1%** tiveram problemas de acesso à saúde.

Aleitamento Materno

- **91,3%** das crianças foram amamentadas no peito,
- **32,6%** ainda mamam.
- **69,5%** deixaram de mamar antes de completar 2 anos.

Esses tópicos fornecem uma visão abrangente dos resultados da pesquisa, destacando aspectos importantes da saúde materna e infantil em territórios de favela, incluindo acompanhamento durante a gestação, parto, nascimento, e aleitamento materno.

Nascimento das crianças

- 59,0%** nasceram a termo, 35,7% pré-termo, 0,2% pós-termo.
- 42,6%** com peso adequado,
- 39,6%** com baixo peso,
- 10,0%** com peso insuficiente,
- 1,5%** com peso macrossômico.
- 2,6%** tiveram problemas com a saúde do bebê.

Taxa de nascimento prematuro na Maré

- 6 vezes** maior que a **nacional**,
- 5 vezes** maior que a do **Estado** e **Cidade do Rio de Janeiro**.

### 5.3 EDUCAÇÃO

O acesso ao direito à educação foi investigado em termos de ingresso nas creches e na Educação Infantil. Na Maré, apesar do aumento do número de escolas nos últimos anos, a realidade das crianças de 0 a 6 anos explicita a dificuldade de acesso à educação como uma constante na vida das famílias.

- **25,6%** das respondentes relataram enfrentar dificuldades “o tempo todo” ou “frequentemente”.
- **29,5%** das respondentes com criança de 0 a 3 anos alegaram falta de vaga.
- **62,9%** das crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche (**53,2%** das crianças de 1 a 3 anos).

A dificuldade de acesso e as demandas educacionais na Maré refletem a realidade nacional e regional:

#### 1. Perfil Socioeconômico e acesso a creches no Brasil<sup>10</sup> (PNAD)

- Um terço das crianças de 0 a 3 anos que estavam fora da creche por falta de vaga têm perfil de pobreza.
- Crianças em lares com maior poder aquisitivo frequentavam creches: **6,9%**.
- Crianças pretas e pardas matriculadas em creches: **45,1%**
- Crianças brancas em creches: **54,1%**

#### 2. Índice de Necessidade de Creche (INC) no Estado do Rio de Janeiro

- **52,1%** das crianças precisam de vaga.
- **28,4%** são pobres.
- **4%** estão em famílias monoparentais.
- **19,7%** são crianças com mãe economicamente ativa.
- No município do Rio de Janeiro: **53,8%** das crianças de 0 a 3 anos necessitam de creches.

### 3. Programa Primeira Infância Completa (PIC)

#### Rio de Janeiro

- Alternativa para crianças não matriculadas em creches ou EDI.
- Acesso prioritário às crianças beneficiárias pelo Cartão Família Carioca (para famílias em situação de pobreza).
- Composto por comitê gestor da Primeira Infância Carioca (PIC) com representantes da Assistência Social, Educação e Saúde.

#### 4. Oferta de educação na Maré

- Importante reconhecer que houve aumento significativo na oferta de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Maré nos últimos anos, fruto de luta dos moradores e organizações locais.
- A Maré conta com 50 escolas públicas, entre as quais 6 creches municipais e 15 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI).

#### Como são as demandas em educação para a primeira infância para os equipamentos públicos de educação da Maré?

Demandas educacionais e desafios ao funcionamento de Equipamentos Educacionais foram identificados a partir do questionário respondido por profissionais de 35 equipamentos públicos de educação da Maré, dos quais: 7 creches municipais, 14 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs) e 14 escolas do Ensino Fundamental (que tinham crianças com 6 anos e estavam no primeiro ano).

<sup>10</sup> IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Educação)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

### 1. Demanda por vagas em 2021

- Dos 35 equipamentos, 22 indicaram aumento na demanda por vagas em 2021.
- 10 disseram que não houve mudanças.
- 2 afirmaram que a procura diminuiu.
- 3 equipamentos não souberam responder.

### 2. Demanda por matrícula durante a pandemia

- Dos 35 entrevistados, metade disse que não houve mudança.
- A outra metade apontou aumento na busca por vagas.

### 3. Insegurança territorial

- Determinadas unidades escolares indicam não fazer uso das áreas externas dos equipamentos devido à proximidade com grupos armados.
- Maior procura por vagas nas áreas mais distantes da região que marca a fronteira entre dois grupos armados que disputam o território.

### 4. Integração com equipamentos locais

- Algumas unidades escolares destacaram parcerias realizadas com a Orquestra da Maré, Clínicas da Família, a própria Redes da Maré, entre outras iniciativas.
- Maior parceria com Clínicas da Família para encaminhamento de casos médicos.

### 5. Registros do desenvolvimento escolar

- Todos seguem os padrões normativos indicados pela 4ª Coordenadoria Regional de Educação, órgão responsável pela gestão das unidades escolares públicas municipais da Maré e adjacências.
- Registro do acompanhamento das crianças por meio de observação, relatórios, diários de bordo, avaliações diagnósticas, sistema próprio da Secretaria Municipal de Educação, provas e atividades diárias.

## ANÁLISE DAS PRÁTICAS E DESAFIOS EM UNIDADES ESCOLARES

### 1. Diagnóstico Pedagógico das Crianças

- **Realizado:** 32 respondentes afirmam ser feito pela equipe escolar.
- **Não realizado:** 4 profissionais afirmam que não é realizado.

### 2. Diagnóstico da Saúde na Matrícula e Atividades Escolares

- **Realizado:** 16 dos 35 equipamentos entrevistados.
- **Não realizado:** 19 equipamentos

### 3. Inclusão de Crianças com Deficiência

- **Processo de Adaptação:** Matrícula em turmas regulares, conversa com a família e adaptação no espaço escolar.

### 4. Estratégias de Aproximação com os Responsáveis

- **Atividades Diversificadas:** Festas temáticas, palestras, oficinas, rodas de conversas, exposições, participação em atividades pedagógicas, reuniões com clínicas da família etc.
- **Maioria Coletiva:** Indicativo de estratégias diversificadas para envolver os familiares.



5. Avaliação da participação das famílias nos eventos

- **Baixa participação:** 11 profissionais.
- **Participação regular:** 5 profissionais.
- **Alta/Boa participação:** 20 profissionais.
- 2 profissionais observam maior participação no berçário e pré-escola.

6. Impactos da crise socio sanitária da pandemia de covid-19

- **Trabalho remoto:** 14 equipamentos mencionam consequências como falta de infraestrutura e dificuldade com tecnologias.
- **Diálogo com famílias:** 9 destacam como o aspecto mais difícil.
- **Evasão:** Mencionada por 8 entrevistados.
- **Impactos nos trabalhadores da educação:** 31 mencionam efeitos da insegurança, medo de contágio e problemas de saúde mental.

Os dados acima indicam os desafios enfrentados pelas unidades escolares, considerando-se aspectos como diagnóstico pedagógico e de saúde, inclusão, estratégias de aproximação com os responsáveis, avaliação da participação das famílias e os impactos da pandemia de covid-19 no território.

ANÁLISE DAS BARREIRAS E PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO NA MARÉ


1. Dificuldades de Acesso à Educação

- **Falta de Vagas:** Insuficiência em unidades públicas de ensino, a alternativa fica por conta das “creches conveniadas”.
- **Transporte Público:** Ausência no interior das 16 favelas da Maré.
- **Dificuldades Reportadas:** 44,1% dos 2.144 respondentes afirmaram ter enfrentado dificuldades para acessar a educação.

2. Demanda por Vagas em Creches

- **Necessidade de Vaga:** 29,5% dos domicílios com crianças de 0 a 3 anos.
- **Necessidade Específica de Creche:** 47,9% das famílias com crianças de 1 a 3 anos.

EXCLUSÃO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA

	FAIXA ETÁRIA											
	MENOS DE 1 ANO		1 A 3 ANOS		4 E 5 ANOS		6 ANOS		7 A 12 ANOS			
	AMOSTRA	FORA DA ESOLA	AMOSTRA	FORA DA ESOLA	AMOSTRA	FORA DA ESOLA	AMOSTRA	FORA DA ESOLA	AMOSTRA	FORA DA ESOLA	AMOSTRA	DOMICÍLIOS
TOTAL DA AMOSTRA (MARÉ)	326	317	1.163	619	833	170	474	45	1.041	51	3.837	2.144
BAIXA DO SAPATEIRO	16	16	88	33	72	12	37	4	80	5	293	170
CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	11	11	51	18	34	5	26	2	41	2	163	100
CONJUNTO ESPERANÇA	14	13	53	32	40	11	25	5	34	3	166	108
CONJUNTO PINHEIROS	12	12	48	30	35	13	28	3	34	–	157	103
MARCÍLIO DIAS	22	22	59	40	25	8	17	3	48	–	171	100
MORRO DO TIMBAU	16	16	65	23	49	9	17	2	57	2	204	116
NOVA HOLANDA	34	34	117	48	100	17	54	–	115	2	420	219
NOVA MARÉ	16	16	61	22	47	6	31	1	79	2	234	111
PARQUE MARÉ	37	37	112	60	94	15	48	4	91	4	382	223
PARQUE ROQUETE PINTO	18	18	52	39	40	8	25	3	51	1	186	101
PARQUE RUBENS VAZ	13	13	57	35	37	4	25	–	49	2	181	100
PARQUE UNIÃO	24	24	100	62	59	20	32	9	59	6	274	160
PRAIA DE RAMOS	21	16	47	32	39	9	16	1	56	1	179	103
SALSA E MERENGUE	21	20	70	38	35	5	22	3	65	5	213	103
VILA DO JOÃO	18	18	64	45	42	14	19	3	58	8	201	118
VILA DOS PINHEIROS	33	31	119	62	85	14	52	2	124	8	413	209

3. Percepção da Importância da Escola

- **Alta Valorização:** 84,5% consideram de ‘muita importância’; totalizando 99,1% com os que consideraram ‘importante’.
- **Expectativas das Famílias:** melhoria da qualidade de vida, espaço seguro para crianças, espaço de alimentação e de cuidado.
- **Rede de Apoio:** a Escola como espaço para o desenvolvimento das crianças, ainda que não substitua a importância das redes de apoio, caracteriza por vezes o único espaço em que o cuidado não se restringe às principais responsáveis, em sua maioria, mulheres sobrecarregadas pelo não compartilhamento dessa esfera na formação do indivíduo.

4. Descontinuação dos Estudos

- **Crianças que Pararam de Estudar:** 353 crianças, representando 16,5%.

5. Impactos da Pandemia na Educação





- **Prejuízo aos Estudos:** 41,1% dos respondentes.
- **Situação em 2020:** 53,8% fora da escola; 40,4% em escolas públicas; 4,8% em escolas particulares.

6. Dificuldades de Acesso à Alimentação e Associação com Escolas

- **Impacto da Suspensão das Aulas Presenciais:** 41,1% dos respondentes.

REDE DE APOIO

Quando você precisa sair ou trabalhar tem com quem deixar a/as crianças?

 FAVELA	 QUANTIDADE DE RESPONDENTES	 AUSÊNCIA DE REDE DE APOIO Ninguém e alguém pago	 EM PERCENTUAL
BAIXA DO SAPATEIRO	170	42	25%
CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	100	14	43%
CONJUNTO ESPERANÇA	108	46	25%
CONJUNTO PINHEIROS	103	26	41%
MARCÍLIO DIAS	100	41	32%
MORRO DO TIMBAU	116	37	31%
NOVA HOLANDA	219	67	8%
NOVA MARÉ	111	9	27%
PARQUE MARÉ	223	61	39%
PARQUE ROQUETE PINTO	101	39	45%
PARQUE RUBENS VAZ	100	45	38%
PARQUE UNIÃO	160	61	40%
PRAIA DE RAMOS	103	41	29%
SALSA E MERENGUE	103	30	30%
VILA DO JOÃO	118	35	24%
VILA DOS PINHEIROS	209	51	30%
TOTAL	2.144	482	22,5%

5.4 PRÁTICAS DE CUIDADO

Os participantes da pesquisa domiciliar foram convidados a falar sobre as práticas de cuidado distribuídas entre os adultos de referência/cuidadores e as crianças na primeira infância residentes nas 16 favelas da Maré. Como princípio, a pesquisa direcionou a investigação acerca das práticas de cuidado parental já em curso no território descartando a aplicação de modelos pré-existentes de parentalidade que desconsiderassem a especificidade do contexto em que tais práticas se efetivam. Isso é importante porque cada comunidade tem suas próprias maneiras de cuidar das crianças. Usar modelos externos pode fazer com que as práticas locais pareçam inferiores, o que não é nem desejável e nem verdadeiro.

A investigação acerca das práticas de cuidado em curso na Maré envolve a construção de parâmetros particularizados de entendimento da experiência territorial que desafiam modelos universalizados e hegemônicos de família, de cuidado e de infância. Os modelos hegemônicos (globais, ocidentais, tradicionais), longe de serem universais, refletem classe, raça, gênero, deficiência e posição social. Quando usados como parâmetro idealizado sobre realidades não hegemônicas, tais constructos modulam a percepção de mundo daqueles que vivem experiências distintas de tal modo que também eles passam a compreender suas experiências de família, de cuidado e de infância como deficitárias e inferiores. Usá-los como referentes – como lente de leitura das práticas de cuidado em territórios favelados – impossibilita o reconhecimento de que os desafios de cuidado na Maré são desempenhados sob condições particulares, que destoam de qualquer padrão externo.



Práticas de cuidado na Maré: Uma visão humana e realista

A vida nas favelas da Maré é única e desafiadora. Quando se trata de cuidar das crianças, as práticas de cuidado são moldadas pelas circunstâncias e necessidades específicas da comunidade, como se expõe a seguir:

1. Mães e avós: As principais cuidadoras





Na Maré, as mães são as principais responsáveis pelo cuidado cotidiano de 84,7% crianças. Se incluirmos as avós, essas mulheres são responsáveis por 93,1% crianças. Isso é algo que pode ser comparado com outras áreas para entender as diferenças culturais e sociais.

2. A questão do pai: provedor ausente

Embora os pais sejam responsáveis pelos custos financeiros das crianças em 53,9% dos casos, apenas 6,1% das crianças ficam sob a responsabilidade deles quando o cuidador principal está ausente. Isso levanta questões sobre o papel do pai na vida das crianças e o que acontece quando os pais se separam.

3. Convívio com os pais: Uma diferença notável

A maioria das crianças (94,7%) mora com a mãe e mantém contato diário com ela. Em contraste, 53,4% moram e têm contato diário com o pai. Essa diferença evidencia o quanto a figura materna é central na vida das crianças na Maré. Quando pensamos na ausência da figura paterna no desenvolvimento das crianças, encontramos uma quantidade significativa de casos de ausência de contato, como mostram os dados do quadro a seguir.

 FAVELA	 QUANTIDADE DE RESPONDENTES	 AUSÊNCIA DO PAI EM NÚMEROS	 AUSÊNCIA DO PAI EM PERCENTUAL
BAIXA DO SAPATEIRO	170	42	25%
CJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	100	19	19%
CONJUNTO ESPERANÇA	108	21	19%
CONJUNTO PINHEIROS	103	16	16%
MARCÍLIO DIAS	100	33	33%
MORRO DO TIMBAU	116	17	15%
NOVA HOLANDA	219	52	24%
NOVA MARÉ	111	32	29%
PARQUE MARÉ	223	47	21%
PARQUE ROQUETE PINTO	101	17	17%
PARQUE RUBENS VAZ	100	22	22%
PARQUE UNIÃO	160	42	26%
PRAIA DE RAMOS	103	29	28%
SALSA E MERENGUE	103	28	27%
VILA DO JOÃO	118	28	24%
VILA DOS PINHEIROS	209	59	28%
TOTAL	2.144	504	24%

4. Outras figuras parentais: avós e padrastos

Algumas crianças na Maré se referem a alguém que não seja o pai ou a mãe biológica como pai ou mãe. Em 21% desses casos, essa pessoa é a avó e, em 15,7%, é o padrasto. Isso reflete a flexibilidade e a adaptabilidade das estruturas familiares na Maré.

6. Adoção e abrigo: raros, mas presentes

A pesquisa também revelou que apenas 1,6% das crianças foram abrigadas ou institucionalizadas, e apenas 0,7% foram colocadas para adoção. Isso reforça a ideia de que as crianças na Maré geralmente ficam sob a responsabilidade e o cuidado de suas famílias.

As práticas de cuidado na Maré são um reflexo da complexidade e da riqueza da vida na comunidade. Elas mostram como as pessoas se adaptam e encontram maneiras de cuidar umas das outras, mesmo em circunstâncias difíceis. É uma lição sobre a importância de se entender e respeitar as maneiras únicas como as pessoas vivem e amam. A Maré é, como esta pesquisa evidencia, um lugar bastante desafiador, mas é também um espaço de força, resiliência e amor comunitário.

5.5 LAZER E RECREAÇÃO

É muito significativo que 59,8% dos respondentes considerem que as crianças da casa não têm acesso a lazer, à cultura e a esportes na Maré. A seguir, detalhamos como se manifestam as atividades recreativas da primeira infância na Maré.

COM QUEM AS CRIANÇAS DE 0 A 6 MAIS BRINCAM?

47,2% Amigos e Vizinhos

36,2% Irmãos e Familiares

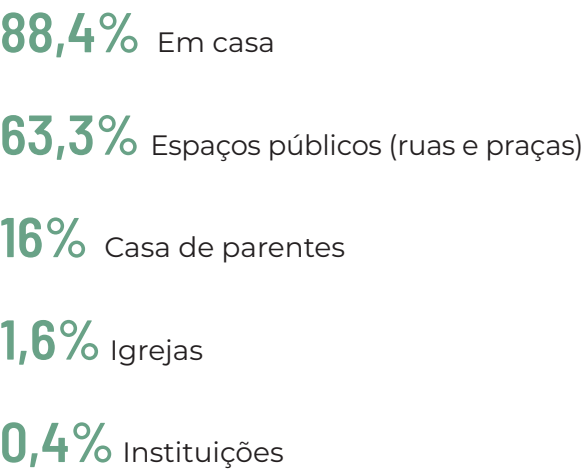
12,1% Responsáveis

3,7% Sozinhas

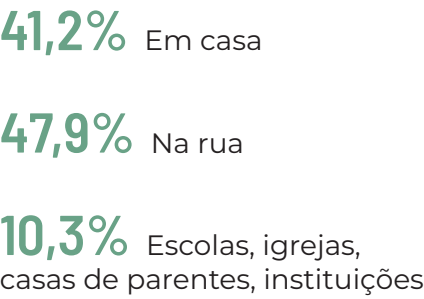
EXPRESSÕES DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO AO LAZER NA MARÉ

- Satisfação baseada do repertório dos cuidadores quanto a formas de lazer que eles próprios conhecem e usufruem
- Acesso reduzido a formas de lazer fora da Maré
- Relações afetivas com a vizinhança
- Diversão com o que a Maré proporciona

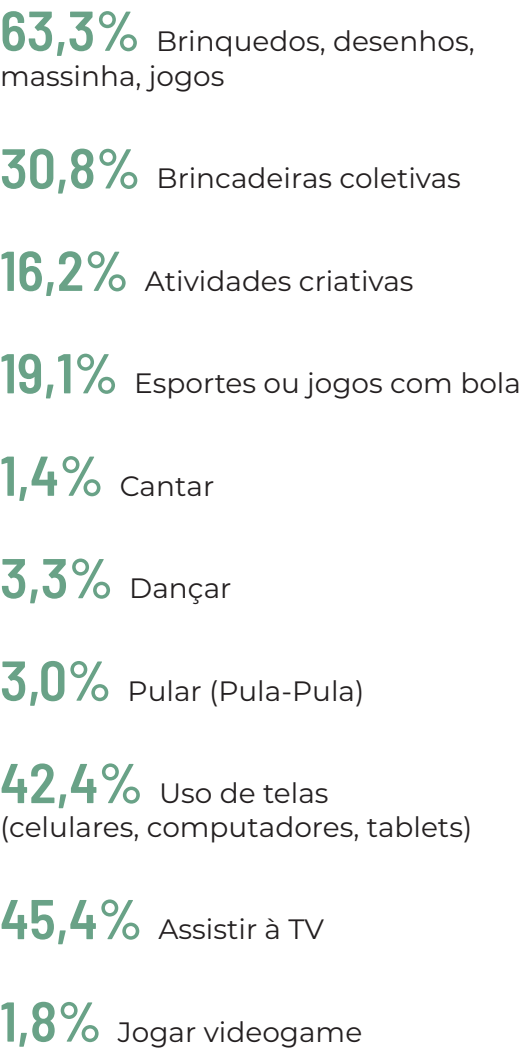
LOCAIS DE BRINCADEIRAS



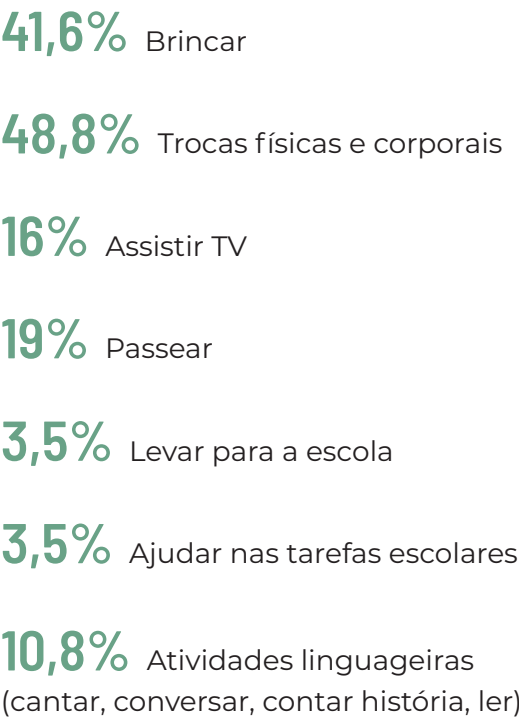
PREFERÊNCIAS DE LOCAIS PARA BRINCAR



ATIVIDADES DE BRINCADEIRA



PREFERÊNCIAS DOS CUIDADORES



DESAFIOS E DIFICULDADES NA CRIAÇÃO

- Acesso a direitos (ensino e saúde de qualidade, insegurança)
- Comprar necessidades e desejos das crianças
- Comprar comida
- Tempo de dedicação
- Precariedade socioeconômica e inaccessos a direitos
- Necessidade de políticas públicas para cuidado com a primeira infância



TEMPO DE TELA

O tempo gasto por crianças de 0 a 6 anos na frente das telas (televisão, computadores, tablets, smartphones) é um tópico de crescente preocupação mundial e interesse para responsáveis, educadores e profissionais de saúde dentro e fora da Maré.

Trata-se de questão multifacetada e requer uma abordagem integral. Na Maré, tal qual em outros contextos, em um mundo cada vez mais organizado pelas tecnologias da comunicação, o uso de telas é uma das atividades principais para uma porcentagem significativa de crianças. Contudo, é vital considerar o contexto socioeconômico e cultural das alternativas de educação, de lazer e de recreação, existentes para colaborar de maneira efetiva para a redução dos agravos à saúde das crianças.



### 1. A REALIDADE ATUAL

• **Uso de telas na Maré:**

42,4% das crianças de 0 a 6 anos têm como uma de suas atividades principais o uso de telas.

• **Assistir à TV**

45,4% das crianças nessa idade assistem TV como atividade principal.

• **Jogar videogame:** 1,8% jogam videogame.

### 2. POSSÍVEIS MOTIVOS

• **Acesso limitado a outras formas de lazer**

Em áreas com acesso restrito a parques, brinquedotecas e outras formas de entretenimento, as telas podem se tornar uma opção conveniente.

• **Falta de supervisão adequada**

Responsáveis e cuidadores ocupados podem achar mais fácil permitir que as crianças usem dispositivos eletrônicos.

• **Educação e conscientização**

A falta de conhecimento sobre os possíveis efeitos negativos pode levar ao uso excessivo de telas.

### 3. POSSÍVEIS EFEITOS

• **Desenvolvimento cognitivo**

O uso excessivo de telas pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo das crianças, incluindo comprometimento das habilidades de linguagem e de pensamento crítico.

• **Saúde física**

Pode levar a problemas de saúde, como obesidade, problemas de visão e perturbações nos padrões de sono.

• **Habilidades sociais**

A interação limitada com amigos e adultos pode afetar o desenvolvimento das habilidades sociais.

• **Dependência e comportamento**

Pode levar a padrões de dependência e afetar o comportamento e a regulação emocional.

### 4. RECOMENDAÇÕES

• **Tempo de Tela Limitado**

Organizações de saúde recomendam limitar o tempo de tela para crianças nesta faixa etária.

• **Atividades Alternativas**

Encorajar brincadeiras ao ar livre, leitura e outras atividades educativas e físicas.

• **Supervisão e Conteúdo Adequado**

Supervisão e conteúdo adequado: garantir que o conteúdo seja apropriado para a idade e supervisionar o uso.

• **Educação para Responsáveis e Cuidadores**

Oferecer informações e recursos para auxiliar os responsáveis a conhecerem os riscos e benefícios dessa exposição.

### 5. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A MARÉ

• **Desafios Socioeconômicos**

A precariedade socioeconômica pode limitar o acesso a alternativas de lazer.

• **Necessidade de Políticas Públicas**

Implementação de programas e políticas que promovam atividades saudáveis e educação sobre o uso responsável de telas.

## 5.6 EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA

Nos últimos anos, o Brasil tem fortalecido a legislação para lidar com casos de violência, especialmente aqueles que majoritariamente afetam grupos vulneráveis. A seguir, uma breve exposição da evolução desse processo:

**2006:** uma nova regra foi introduzida para que os órgãos de saúde municipais registrassem todos os casos suspeitos de violência. Essas informações eram enviadas para um sistema chamado Viva/Sinan.

**2011:** o sistema foi aprimorado, e atualmente todos os serviços de saúde, públicos ou privados, no Brasil, são obrigados a notificar casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência.

**2014:** a lista de casos que precisam ser notificados foi ampliada, e hoje inclui situações emergenciais, como violência sexual e tentativa de suicídio.

**2017:** a lista continuou sendo ampliada e passou a incluir casos como violência doméstica, tortura, tráfico de pessoas, trabalho escravo e infantil e violências homofóbicas. A regra específica é que a violência extrafamiliar/comunitária deve ser notificada apenas quando envolve grupos como crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBTQIAPN+.

Do exposto, nota-se que o Viva/Sinan é mais do que apenas um sistema de registro. Trata-se de uma ferramenta estratégica que auxilia no enfrentamento da violência, permitindo a colaboração de diferentes setores, como a Saúde, a Justiça e a Assistência Social. Ele também ajuda na prevenção e fortalece a rede de proteção social. Mas o sistema não é perfeito. Muitas vezes, as unidades de saúde estão tão ocupadas que não têm tempo para preencher os formulários necessários. Por isso, é essencial haver profissionais capacitados nos postos de saúde responsáveis por esse registro e pelo encaminhamento.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que casos suspeitos e confirmados de violências contra crianças e adolescentes sejam comunicados ao Conselho Tutelar imediatamente. No entanto, ainda não está claro como essa comunicação entre os setores de Saúde e da Justiça realmente acontece. De toda maneira, importa fortalecer o Viva/Sinan para que ele consiga, se não evitar, ao menos reduzir as violências cometidas contra crianças no país.

## Monitoramento das violências contra as crianças da Maré pela Rede de Proteção Social

Na Maré as crianças enfrentam desafios únicos e preocupantes. Um olhar mais atento para o cotidiano do território revela situações alarmantes, especialmente para as crianças na primeira infância:

### O Conselho Tutelar e seus desafios

O 11º Conselho Tutelar, responsável por atender as crianças da Maré, mas localizado no bairro vizinho, Bonsucesso, enfrenta dificuldades tecnológicas. Ele não dispõe dos recursos necessários para registrar informações sobre violações de direitos das crianças. Além disso, não existem programas ou ações específicas para a primeira infância.

O espaço de atendimento é improvisado, com uma “salinha” montada com brinquedos e material de desenho. E mesmo assim este espaço constitui apenas uma sala de passagem, não um espaço adequado para a permanência das crianças.

### A saúde e a identificação de violências

Na área da saúde, as violações de direitos e violências são identificadas principalmente durante as consultas médicas. Às vezes, as denúncias partem de familiares, das escolas ou da assistência social. As demandas costumam surgir em diferentes contextos, até mesmo em consultas odontológicas.

### Educação e Tipos de Violência

Na educação, os profissionais apontam várias formas de violência e negligência. Alguns falam de violência extrafamiliar ou comunitária, outros, de violência doméstica intrafamiliar. Há relatos de violência armada e do território, mas a identificação dessas violências é desafiadora, pois as famílias muitas vezes hesitam em falar sobre elas.

### Assistência Social e Violações Recorrentes

No Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), também localizado fora da Maré, a negligência e o abandono são as violações mais recorrentes. Por isso, há muitos esforços no sentido de apoiar, especialmente, famílias e crianças com deficiência ou usuárias dos serviços de saúde mental na Maré. Isso inclui acompanhamento familiar, acesso a benefícios assistenciais e orientação sobre cuidados.

O CREAS e o Conselho Tutelar trabalham em rede com instituições e a comunidade da Maré. Mas a situação ainda é complexa e exige atenção. As condições de vida das crianças da Maré refletem uma realidade mais ampla, onde a falta de recursos, de programas específicos e de espaços adequados para atendimento tornam a proteção e o cuidado das crianças um desafio constante.

Cotidianamente, a comunidade e os profissionais trabalham nos limites das suas possibilidades, mas é evidente que mais apoio e recursos são necessários. A história das crianças da Maré é um chamado à ação para todos nós, para garantir que seus direitos sejam protegidos e suas vozes sejam ouvidas.

### Acesso à Justiça e (in)segurança das nossas crianças

Não há Delegacia de Polícia no bairro Maré, apesar de haver uma base da Polícia Militar (22º Batalhão da PM) localizada na Linha Vermelha e nas proximidades da favela Nova Holanda. De modo geral, a interação com a população moradora da Maré se dá por meio de operações policiais que seguem um modelo de confronto bélico-militarizado de política de segurança pública.

Conforme o monitoramento da *violência armada* publicado anualmente no *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*<sup>11</sup>, somente em 2022 foram realizadas 22 operações policiais em favelas da Maré, além de 8 confrontos entre grupos armados. Como efeito disso, foram registradas 39 mortes por arma de fogo e 283 violações de direitos. Além dos moradores, as escolas e unidades de saúde são severamente afetadas nesses conflitos. Naquele mesmo ano, contabilizamos 15 dias com aulas suspensas e 19 dias sem atendimentos em espaços de saúde.

Lamentavelmente, moradores e trabalhadores da Maré enfrentam uma realidade desafiadora, apesar das leis e determinações judiciais que regulamentam operações policiais visando minimizar seus impactos brutais. Isso é evidenciado pelo fato de que, em 2022, 62% dessas operações ocorreram em local próximo a escolas e creches, mesmo com restrições judiciais<sup>12</sup>.

Como agravante, é importante considerar que isso ocorreu em um ano de pandemia, quando as aulas já estavam profundamente afetadas devido ao isolamento social. Além disso, o Supremo Tribunal Federal havia determinado a suspensão de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da chamada 'ADPF das Favelas'<sup>13</sup>.

## Impressões e efeitos da violência armada sobre e das redes de serviços

### 1. Avaliação dos profissionais da saúde

- Respostas variadas entre 7 equipamentos. 3 disseram que não interfere; 3 que interfere; 1 circunscrito a operações policiais.
- CAPSi-II Visconde de Sabugosa não respondeu.

### 2. Profissionais da educação e território de disputa entre grupos armados

- Dificuldades em procurar vagas devido à violência.
- Impacto na circulação, no lazer e acesso a equipamentos públicos.
- Diferença na procura por berçário devido ao território ser disputado por dois grupos armados.

### 3. Efeitos da violência no cotidiano dos alunos

- Abalo emocional, afetando a saúde mental.
- Sentimentos de medo, assombro e aflição.
- Mudanças de comportamento, infrequência e atraso no desenvolvimento.

### 4. Procedimentos comuns em casos de violência

- Variedade de respostas, incluindo chamada de família, encaminhamento para órgãos públicos, Conselho Tutelar.
- Parcerias com postos de saúde e dificuldades em acionar o Conselho Tutelar nos casos cabíveis.

<sup>11</sup> Redes da Maré. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, 7ª Edição. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022. [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM\\_Boletim\\_direito\\_SegPubli23.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Boletim_direito_SegPubli23.pdf)

### 5. Impacto da violência nas crianças

- Suspensão das aulas
- Afeta a saúde mental e o comportamento (por exemplo, reprodução da violência em brincadeiras).

### 6. Falas significativas dos profissionais

- Consequências negativas da violência armada.
- Apreensão em conflitos entre polícia e grupos armados.
- Impacto no desenvolvimento e processo pedagógico.

### 7. Desenvolvimento e processo pedagógico

- Interrupção do atendimento e percepção de crianças assustadas.
- Efeitos de grandes eventos de violência na agitação, faltas e produtividade das crianças.

<sup>12</sup> Por exemplo, a decisão da 1ª Vara da Infância e Juventude da capital decorre de ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e pela liminar concedida em 2020, a polícia teria que manter os chamados “caveirões aéreos” a pelo menos 2 mil metros de distância, além de formular um protocolo que permita à direção escolar e de unidades de saúde tomar, em tempo hábil, providências capazes de garantir a proteção daqueles sob sua responsabilidade.

<sup>13</sup> Decisão liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (“ADPF das Favelas”) determinou, em caráter emergencial, a suspensão das operações policiais durante a pandemia, salvo em casos excepcionais, desde junho de 2020.

*“Ter que fechar a unidade e interromper o atendimento. Para as crianças é a polícia o inimigo, não é os homens armados. Em 2018 foi o helicóptero, voo raso.”*

*“Na escola como um todo, afeta principalmente quando não conseguimos funcionar por conta do entorno. Percebe-se também que as crianças desta faixa etária se assustam mais que as outras quando ocorre um confronto armado ao longo do dia.”*

*“Quando há grandes eventos de violência, como operação das forças de segurança ou confronto entre grupos rivais, as crianças ficam mais agitadas, mais faltosas, menos produtivas. Tais comportamentos interferem muito na educação dessas crianças tão pequenas.”*

*“Quando acontecem os conflitos, as crianças perdem aula. Muitas ficaram traumatizadas quando havia helicópteros nas operações anteriores. Impacto na saúde mental!”*

*“A escola não poder abrir, as crianças ficam assustadas, aulas interrompidas. As crianças ficam em alerta o tempo inteiro.”*

*“Em 2019, os alunos ficaram muito tensos.”*

*“Sinto que as crianças maiores, com mais de 6 anos ficam mais sérias e deprimidas.”*

*“Interrupção das atividades escolares. Os alunos mais velhos veem como algo “interessante”. Ficam abalados emocionalmente, alguns fazem xixi nas calças, também ocorre choro compulsivo.”*

*“Há casos de crianças que passam a noite sem dormir, que choram mesmo quando tiroteio é longe, pensam que pode ser alguém conhecido, pedem para o adulto da escola não chamar a mãe, tem medo da mãe morrer no caminho (já ocorreu).”*

*“As crianças não dormem, ficam assustadas, com medo, principalmente quando os responsáveis estão diretamente envolvidos.”*



Os profissionais dos equipamentos de assistência que atendem a Maré avaliam que a violência armada interfere no trabalho que realizam, “*dificultando o atendimento às famílias, através das visitas domiciliares, bem como comprometendo a mobilidade e o acesso ao CREAS, uma vez que os moradores não conseguem sair da comunidade*” (Profissional do CREAS).

Brincar é um modo de dizer

Os profissionais de educação discorrem que, ao brincar, as crianças expressam uma carga de tensão, reproduzem atitudes e falam sobre isso. Alguns apresentam medo, afirmando que interferem na concentração, principalmente após o tiroteio.

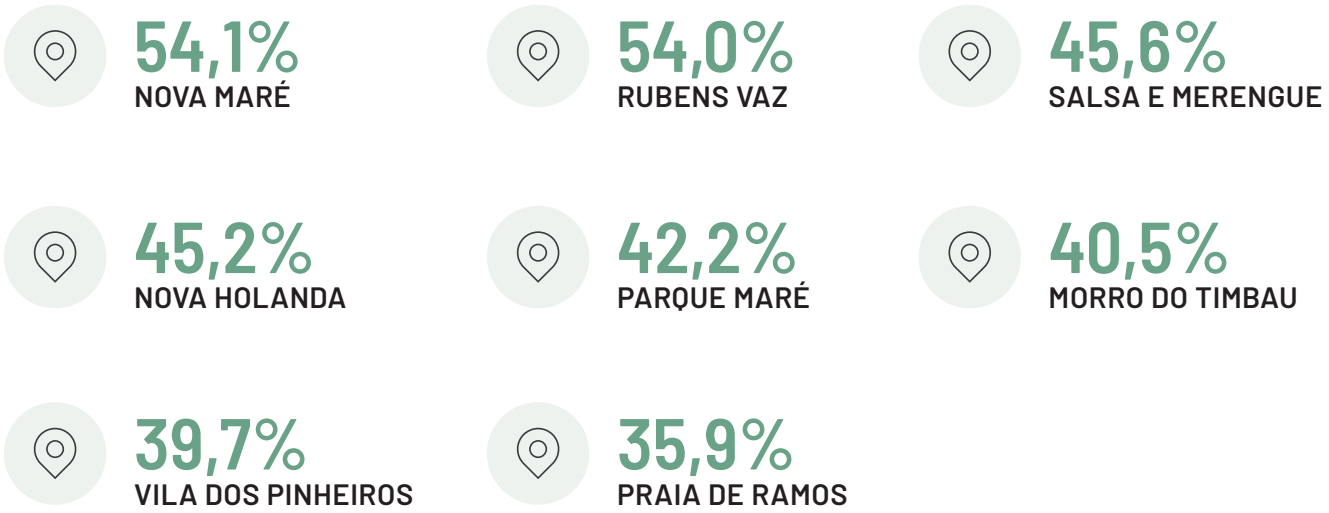
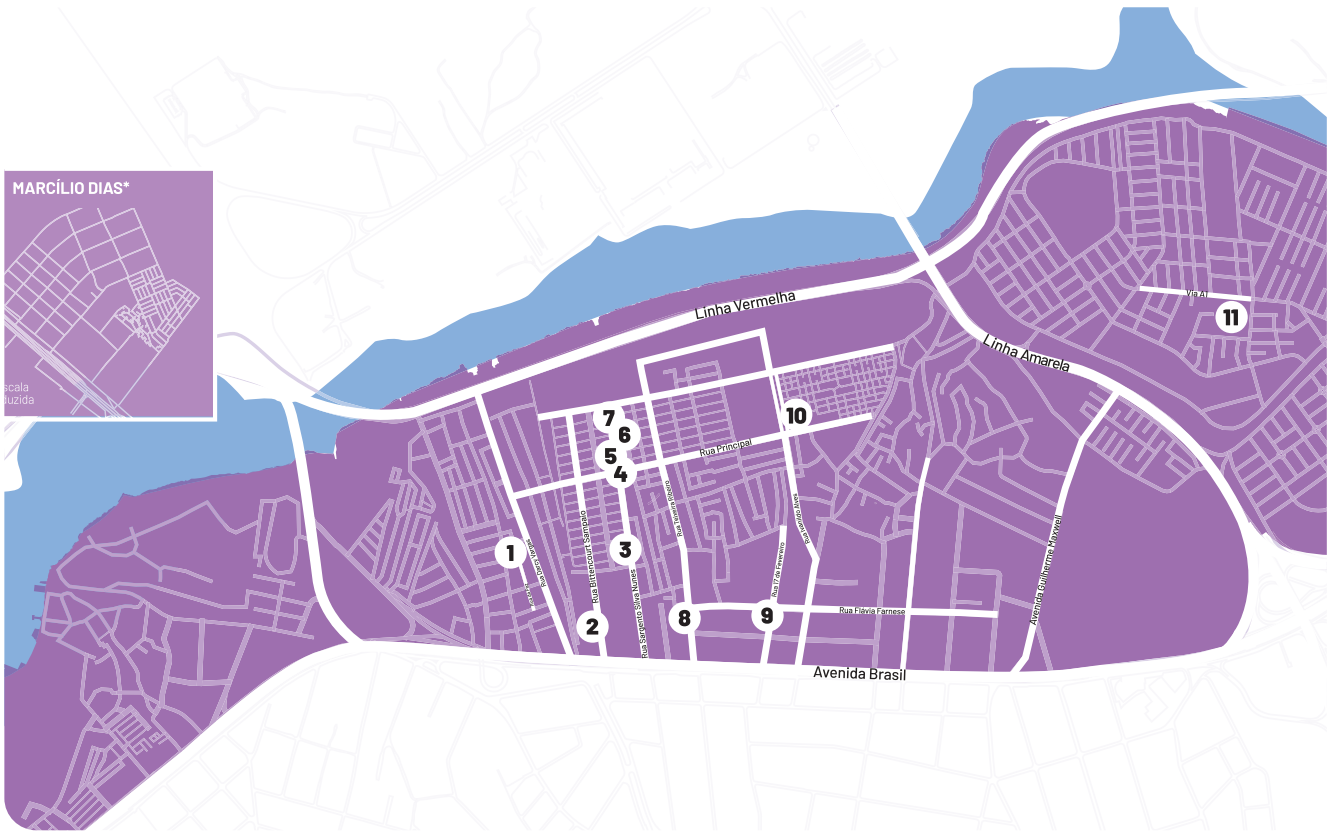
“*Elas reproduzem através das brincadeiras os movimentos e ações desses grupos.*”

“*No comportamento cotidiano, esses relatos apontam a reprodução de uma lógica que é efeito da violência local.*”

“*Nas brincadeiras eles brincam com armas simulando uso de armas, eles relatam as situações, algumas choram, pedem para ir para casa.*”

Presença de violência na vida das crianças

38,2% (819 respondentes) indicaram que as crianças sob seus cuidados já presenciaram algum tipo de violência.



## EXPOSIÇÃO DAS CRIANÇAS À VIOLÊNCIA

### 39,6%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 819 domicílios em que as crianças já presenciaram algum tipo de violência

### 14,8%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 315 domicílios em que presenciaram os responsáveis se xingarem.

### 4,1%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 83 domicílios em que presenciaram os responsáveis se agredirem.

### 7,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 150 domicílios em que presenciaram outros parentes se agredirem.

### 20,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 411 domicílios em que presenciaram outras pessoas se agredirem.

### 8,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 170 domicílios em que presenciaram a violência policial.

Algumas especificidades do que significa “presenciar violência” são discutidas em detalhes no quadro abaixo.

### DESTAQUES POR FAVELA

- O maior número de respostas afirmando exposição da criança a algum tipo de violência é em Nova Maré (54,1%), seguida por Rubens Vaz (54%), Nova Holanda (45,2%) e pelo Parque Maré (42,2%).

- O menor número foi observado na Roquete Pinto (21,8%), seguido pelo Conjunto Esperança (23,1%) e pelo Conjunto Pinheiros (24,3%).

- Os domicílios em que as crianças já viram a violência policial abrigam 8% das crianças de 0 a 6 anos, com destaque para: Morro do Timbau (17,7% das crianças), Parque Maré (14,8%) Rubens Vaz (13,6%), Baixa do Sapateiro (13,1%), Parque União (11,6%) e Nova Holanda (11,5%).

- Onde as crianças de 0 a 6 anos menos viram violência policial foi na Praia de Ramos (0,8%), Salsa e Merengue (1,4%), Vila do João (2,1%) e Roquete Pinto (2,2%).

- **Em seis favelas, mais de 10% das crianças de 0 a 6 anos já viram a violência policial e porém, nenhuma das 16 favelas da Maré escapou desta realidade.**

### A exposição das crianças à violência policial

Em todas as 16 favelas da Maré houve relatos de crianças expostas à violência policial. Algumas áreas, como Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque União e Parque Maré, tiveram números mais altos de respostas afirmativas.

### Mortes pela Polícia e por grupos armados

Em 24 casas, onde habitam 34 crianças de 0 a 6 anos, alguém foi morto pela Polícia; em 18 casas, onde habitam 27 crianças de 0 a 6 anos, alguém foi morto por grupos armados no território; e em 9 casas, onde habitam 12 crianças, foi respondido que alguém foi morto pela Polícia e, também, que alguém foi morto por grupos armados no território. Isso foi verificado em favelas como Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Nova Maré, Nova Holanda, Parque Maré e Vila dos Pinheiros.

### Atingidos por tiros

Em 74 domicílios, com 102 crianças de 0 a 6 anos, pessoas já foram atingidas por tiro, com 33 dos casos sendo considerados acidentes por “bala perdida”.

### A responsabilidade do Estado

A exposição grave à violência é atribuída ao Estado, seja por não combater eficazmente o crime organizado ou por adotar estratégias bélico-militarizadas que revitimizam os moradores. A negligência estatal e a falta de políticas sociais também são compreendidas como formas de violências direta e indireta na Maré.

### O impacto na primeira infância

De maneira geral, as crianças da Maré são expostas a um legado de trauma intergeracional, especialmente nas áreas mais atingidas por confrontos armados. As estratégias de cuidado são criadas principalmente no âmbito comunitário e familiar, muitas vezes sobrecarregando mulheres que exercem o cuidado parental sozinhas, como demonstrado anteriormente.

Moradores encarcerados

Em 40 domicílios da amostra, havia algum morador encarcerado no momento da pesquisa, incluindo pais, padrastos e irmãos. Nesses lares, moram 2,1% das crianças da amostra. Além destes, em outros 104 domicílios, com 6,5% das crianças de 0 a 6 anos, alguém da casa já esteve preso.

A rotina das crianças é afetada pela violência

29,3% dos respondentes consideraram que a violência afeta a rotina da criança. Em algumas favelas, como Praia de Ramos, houve mais reconhecimento dos impactos da violência, incluindo a produzida por grupos milicianos.

Esses dados revelam um quadro preocupante da realidade na Maré, no qual a violência armada é uma presença constante e afeta todos os aspectos da vida, incluindo a experiência das crianças. Em razão disso, a pesquisa destaca a necessidade urgente de abordar esse problema de maneira sensível e eficaz, considerando as complexidades da vida na região.

Como a violência afeta as crianças da Maré?

37,1% COM PERDA DE AULA  
(796 domicílios)

26,1% DIMINUI DESEMPENHO ESCOLAR  
(560 domicílios)

50,7% RESTRIÇÃO DA CIRCULAÇÃO  
(1.086 domicílios)

43,7% INTERFERE NO BRINCAR  
(937 domicílios)

Deixa a criança:

62,0% ASSUSTADA  
(1.329 domicílios)

8,6% AGRESSIVA  
(185 domicílios)

24,4% AGITADA  
(523 domicílios)

16,3% TRISTE  
(349 domicílios)

11,9% COM PROBLEMAS DE SAÚDE FÍSICA OU MENTAL  
(256 domicílios)

Com base nos dados apresentados, é possível observar o impacto negativo da violência no cotidiano das crianças, a partir das categorias brincar; restrição/circulação; diminuir desempenho; e perder aula,, especialmente nas favelas da Nova Holanda, Baixa do Sapateiro e Vila dos Pinheiros.

Para construir esse panorama, foi considerada a frequência com que essas categorias foram assinaladas na aplicação dos questionários. Como resultado, percebemos que a violência exerce impactos graves em diversos aspectos, como a participação escolar, o acesso ao lazer e outras atividades recreativas. Globalmente, a violência compromete significativamente tanto o processo de aprendizagem quanto o desenvolvimento das crianças da Maré.

### **A violência silenciosa: como a pandemia e a rotina afetam as crianças da Maré**

A pandemia do covid-19 foi um fator dominante em nossas vidas, mas para as crianças da Maré, no Rio de Janeiro, a pandemia é apenas uma camada adicional em uma realidade já multifacetada e dinâmica.

#### **1. A pandemia e a violência**

A pesquisa foi realizada durante a pandemia, em um período em que apesar de as operações policiais terem sido reduzidas, a violência não desapareceu daquele cenário. Ela se amalgamou a outros desafios, mais ou menos nuançados, como a interrupção dos serviços de Educação.

#### **2. A naturalização da violência**

Para muitos na Maré, a violência se tornou uma parte inerente à vida. Em vez de ser vista como elemento excepcional e prejudicial ao desenvolvimento pleno dos indivíduos, ela é muitas vezes compreendida como norma. Isso reflete um longo e preocupante processo de naturalização da violência, forjado pela exposição constante a diversas formas de violações e injustiças.

### **3. O impacto na primeira infância**

O que é considerado “violência” varia entre os adultos responsáveis, e isso pode afetar como eles percebem o impacto da violência nas crianças. A aceitação relativa da violência pode levar muitos a desconsiderar a necessidade de ajudar as crianças a entender e lidar com ela.

### **4. A reprodução da violência**

As crianças muitas vezes reproduzem o comportamento violento que observam ao seu redor. Isso é reflexo de como a experiência da infância é moldada pelo contexto em que vivem. Em espaços que naturalizam condutas violentas, a reprodução de comportamentos violentos pelas crianças é uma consequência comum – mesmo que não desejada.

### **5. A necessidade de mudança**

A situação na Maré é um chamado urgente para uma reavaliação da Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Evidentemente, não se pode cuidar adequadamente das crianças sem enfrentar a dinâmica territorial marcada pela violência armada.

### **6. A resiliência e a resistência**

Apesar dos desafios, as formas de cuidado e parentalidade na Maré são notáveis. Elas são eficazes em meio a barreiras complexas e em um território profundamente violentado como a Maré.



A realidade enfrentada pelas crianças nesse território é profundamente perturbadora e reflete uma falha sistêmica em proteger a população da primeira infância. A exposição generalizada às privações de acesso aos direitos e as múltiplas violências, seja no contexto familiar, seja a que é pela Polícia ou por grupos armados, é uma ocorrência “comum” que afeta todos os aspectos da vida da criança da Maré. Tal exposição atinge diretamente sua educação, seu bem-estar mental e o crescimento integral. Aceitar a violência como rotina diária destaca a incapacidade do Estado em lidar adequadamente com essa situação. A crise da covid-19 intensificou essa problemática, ampliando os desafios já presentes. Apesar das barreiras de acesso, a resiliência e a resistência da comunidade são notáveis, mas isso não deve ser uma desculpa para a inação do Estado.

A primeira infância na Maré, conforme apresentado neste documento, exige uma revisão das políticas de segurança e sociais, buscando uma estratégia mais empática e eficiente diante da realidade territorial permeada por conflitos armados. O papel do Estado em abordar essa situação é inegável e a demanda por transformação é iminente. O cenário na Maré transcende simples estatísticas; trata-se do respeito à dignidade humana. Por isso, a sociedade e as autoridades precisam agir com empatia, entendimento e responsabilidade.



Encontro com mães e crianças do grupo Lona Cultural da Maré com o Projeto Primeira Infância na Maré.  
Foto: Douglas Lopes



A infância é uma etapa crucial do crescimento e no desenvolvimento humano. É um período repleto de descobertas, aprendizado e experiências inigualáveis. Contudo, é vital reconhecer que a infância não é homogênea; cada criança vivencia essa fase de maneira única, e generalizações podem causar falsos diagnósticos.

É comum a sociedade idealizar a infância como um momento de inocência e despreocupação, supondo que todas as crianças compartilham experiências similares. Essa visão, no entanto, está longe da realidade. Muitas crianças enfrentam circunstâncias adversas, como pobreza, violência, abandono e discriminação, que impactam profundamente seu desenvolvimento e bem-estar.

Além disso, a infância é moldada por uma complexa interação de fatores culturais, étnicos, sociais, econômicos e territoriais. Cada criança carrega sua própria história, valores, crenças e vivências, que formam sua identidade e visão de mundo. Portanto, é essencial reconhecer essa diversidade e abordar todas as crianças de maneira inclusiva e sensível.

No próprio contexto territorial das 16 favelas que compõem a Maré, é imprescindível que a diversidade de experiências – sobre os modos de brincar, sobre a preferência de cada uma e sobre as práticas languageiras das crianças e entre elas e seus cuidadores – seja reconhecida ao se analisar o acesso a direitos e à rede de proteção social. A variedade de arranjos de cuidado com a infância que se projetam no território é significativa e incide nas experiências intra e extra domiciliares. Cada uma das favelas da Maré tem uma forma específica de acontecer, e elas são compostas por redes (formais e informais, lícitas e ilícitas, oficiais ou comunitárias) que definem as possibilidades concretas de circulação, de uso do espaço e dos equipamentos públicos, e de regramento do convívio comunitário de forma geral.

Portanto, a complexidade e a pluralidade das experiências infantis exigem uma reflexão profunda sobre como esse tema é abordado. Não podemos cair na armadilha de acreditar que existe uma única e universal experiência de infância. Essa noção pode conduzir a estereótipos e generalizações que ignoram as particularidades e necessidades individuais de cada criança.

É imperativo valorizar e respeitar as diferentes infâncias, assegurando que os direitos de todas as crianças sejam honrados e que cada uma seja reconhecida em sua singularidade. Para isso, investimentos públicos nas políticas voltadas para a primeira infância com base em dados de pesquisas especificamente desenhadas para esse fim é uma demanda inadiável.

De igual modo, é absolutamente necessário que as políticas públicas já existentes alcancem os territórios urbanos periféricos e favelados, como é o caso do PNE (Plano Nacional de Educação) e suas metas específicas para Educação Infantil (meta 1), a PNE-EPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) e a PNAISC (Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança), bem como as estratégias e políticas de Estado e as governamentais que permitem sustentar sua regulação e efetivação nos territórios.

Ao fazer isso, teremos dado um passo significativo na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sensível às necessidades de todas as crianças. A seguir, as principais recomendações que o diagnóstico da primeira infância na Maré suscita:

## Educação

- Investir nas escolas, EDIs e creches, sobretudo no que se refere a intervenções permanentes e continuadas de formação dos profissionais e articulação entre as famílias e a comunidade escolar, visando ao fortalecimento desse laço e a conscientização sobre o papel das escolas no desenvolvimento integral das crianças pequenas;
- Cobrir integralmente as 16 favelas, com oferta de creches, investimento público nos espaços de desenvolvimento infantil e construção de intervenções permanentes de formação dos profissionais na Maré;
- Instituir formações permanentes sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para as equipes técnicas;
- Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os responsáveis das crianças, fortalecendo o envolvimento familiar com a educação, visando à promoção da educação e o enfrentamento da exclusão escolar das crianças, além de romper os ciclos geracionais de não acesso à educação formal;
- Fortalecer e regulamentar soluções comunitárias voltadas para a educação das crianças na primeira infância diante da negligência poder público.

## Saúde e segurança alimentar

- Ampliar o atendimento em saúde, com mais unidades básicas e especialidades médicas e viabilizando a realização de exames básicos no interior das favelas;
- Investir em programas e ações de formação nas Clínicas da Família da Maré para que recursos e estratégias comprovadamente eficazes no acompanhamento do desenvolvimento integral das crianças (como Caderneta da Criança e Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis - EBBS) sejam validados; apoiar a vigilância em saúde no território da Maré e sustentar as indicações de rastreamento que se fizerem necessárias;
- Reduzir a taxa de mortalidade neonatal e de crianças menores de 5 anos, expandindo o acesso à saúde básica; por meio da promoção dos cuidados adequados às gestantes e da oferta de vacinação completa para as crianças;
- Investir em programas e ações de formação contínua junto às Clínicas da Família da Maré para apoiar a vigilância em saúde no território; com ampliação da cobertura em saúde mental; implementação de programas de cuidados pré-natais para gestantes e fortalecimento dos programas de vacinação infantil;
- Investigar a alimentação das gestantes e bebês da Maré, por conta do elevado número de crianças nascidas prematuras e do peso delas nos resultados do *survey* no território.

## Assistência e proteção social

- Reverter a desigualdade extrema e estrutural, nas e entre as 16 favelas, com ações para dar visibilidade às condições de precariedade e construir políticas públicas que garantam direitos na Maré;
- Viabilizar o acesso universal a benefícios sociais e programas de distribuição de renda, com revisão dos entraves aos registros no CadÚnico;
- Enfrentar o quadro de insegurança alimentar que vivem as famílias com crianças na primeira infância como efeito das lacunas de políticas sociais.

## Segurança Pública e direito à vida

- Proteger crianças de abuso, exploração, tráfico, tortura, negligência e abandono, como prevê a Constituição Cidadã, de 1988;
- Reavaliar urgentemente a política de segurança pública conduzida no Rio de Janeiro para construir a promoção do cuidado com crianças na Maré; elaboração de projeto de pesquisa para investigar e intervir sobre os impactos da violência na saúde mental das crianças na Maré;
- Qualificar profissionais dos setores da Proteção social, educação e saúde para o adequado uso de sistemas de informação para a notificação de violência na primeira infância e posterior encaminhamento aos órgãos competentes;
- Realizar novas investigações sobre a violência, com métodos que incluam a escuta frequente e a construção de laços de confiança que permitam às pessoas (crianças e adultos) falarem sobre o que vivem;
- Investigar e fomentar transformações em modos e formas de resolução de conflito entre crianças por adultos como medida de cuidado com a primeira infância na Maré.



## Habitação, infraestrutura e saneamento

- Combater a insegurança e/ou precariedade habitacional de famílias como medida de favorecimento do ambiente de desenvolvimento infantil de crianças na primeira infância;
- Ampliar o acesso à rede de distribuição de água e coleta de esgoto;
- Viabilizar recursos públicos para investimento em saneamento básico, coleta de lixo, acesso à água potável e de qualidade; Identificar e criar plano de enfrentamento junto aos equipamentos de saúde sobre os índices de doenças causadas pela falta de saneamento básico.

## Lazer e cultura

- Investir na construção de espaços para trocas, aprendizagens e brincadeiras coletivas para crianças na primeira infância na Maré;
- Levantar demandas sobre o uso de espaços públicos voltados para crianças e adolescentes em cada uma das 16 favelas da Maré;
- Promover o acesso a espaços, museus e centros culturais da cidade por famílias com crianças na primeira infância de forma contínua por toda a vida escolar dos moradores da Maré;
- Ofertar regularmente atividades culturais e práticas languageiras; Fomentar o desenvolvimento integral, languageiro e cultural das crianças na Maré e em favelas e periferias urbanas em geral.

## Transporte e direito à cidade:

- Ofertar transporte público regular no interior das 16 favelas que compõem a Maré; Oferecer diversidade de espaços e atividades de lazer no interior das favelas.

## Cuidados e parentalidades à primeira infância

- Promover programas de educação e apoio para responsáveis e cuidadores sobre práticas de cuidados saudáveis e eficazes durante a primeira infância, que considerem suas realidades e valorizem suas estratégias de cuidado; incentivar o envolvimento ativo dos pais, mães e outros cuidadores no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças
- Implementar centros comunitários e recursos para fornecer a orientação e o suporte necessários às famílias na Maré, focando em práticas de cuidados e parentalidades positivas, mas adequadas às suas possibilidades; promover a colaboração entre profissionais de saúde, da educação e da assistência social para apoiar as famílias nos cuidados com a primeira infância.

## Pesquisa

- Complementar este diagnóstico com outra pesquisa que investigue e escute as crianças das 16 favelas da Maré sobre os principais problemas do território, suas sugestões de resolução, seus desejos e perspectivas;
- Pesquisar junto às Unidades de Saúde e com as famílias os programas existentes para gestantes, identificar boas práticas e investir na sua adequação à realidade ampliada da Maré;
- Investigar e intervir nos impactos da violência na saúde mental das crianças, nos cuidados a elas dirigidos e sobre seu desenvolvimento.



## Incidência política

- Garantir, por meio de investimento público específico, que políticas de cuidado dirigidas à primeira infância sejam compreendidas como cuidado transversal às dinâmicas de cuidado territorial;
- Garantir que políticas públicas já formuladas nos âmbitos nacional, estadual e municipal alcancem território de favela, para que, a partir do Estado, promovam direitos para a população;
- Engajar em ações de advocacy e incidência política para garantir que a agenda da primeira infância seja prioridade na rede de proteção social na Maré;
- Promover o compromisso democrático de órgãos públicos de setores da proteção social, da educação, da saúde, da cultura, da segurança pública e da gestão urbana com a participação e o controle social por parte da sociedade civil;
- Colaborar com organizações da sociedade civil, governos e outras lideranças para promover políticas e investimentos focados nas necessidades e nos direitos das crianças na primeira infância;
- Criar plataforma de coleta e sistematização de informação sobre a atuação das unidades escolares, de saúde, de assistência social e demais setores que prestam serviços públicos de garantia de direitos, de modo a gerar subsídios para políticas públicas baseadas na realidade do contexto territorial.



Pesquisa de campo Primeira Infância na Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado. Foto: Douglas Lopes.



# 7

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente diagnóstico, inédito em sua abrangência, serve como um instrumento inicial para as transformações sociais que a conjuntura atual requer. Ele destaca a prerrogativa fundamental de que cada criança na região da Maré tem direito a oportunidades equitativas e enfatiza a responsabilidade coletiva da sociedade em assegurar essas oportunidades.

O diagnóstico foi concebido com o objetivo principal de fornecer subsídios que possam fortalecer iniciativas para combater os fatores de desproteção social, frequentemente decorrentes da negligência estatal, sob a perspectiva da territorialização do cuidado para responder efetivamente à demanda de atenção à primeira infância na Maré. Ao questionarmos a ligação entre o acesso a direitos e às práticas de cuidado que se criam no território, a subversão da ideia de vulnerabilidade demonstrou seu valor como crítica política aos termos com os quais são frequentemente abordadas as experiências de favela. Assim, buscou-se deslocar a individualização dos problemas (sobre as famílias) para a conjuntura política que determina a vulnerabilização das pessoas.

Nesse sentido, a evidente necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância na Maré, bem como a urgência em aprofundar o entendimento sobre o cotidiano, os direitos e as práticas de cuidado com as crianças locais, são temas centrais deste estudo. Sobretudo, porque os resultados obtidos reforçam o entendimento de que o cuidado com a primeira infância se tece em rede e se articula em dois níveis distintos, porém de implicação mútua: a rede de proteção social, produzida e sustentada por políticas públicas e a rede de apoio instituída na micropolítica das relações comunitárias. O desafio é encontrar formas de fortalecer e potencializar estes dois níveis de cuidado em rede.

Portanto, é importante ressaltar que este estudo representa apenas o início de um processo mais amplo. Ele atua como um manifesto para a mudança, sensibilizando diversas partes interessadas – incluindo governos, organizações, comunidades e indivíduos – a responder as necessidades específicas das crianças da Maré. Por isso, também, esta pesquisa transcende a mera retórica e aponta para a necessidade de ação concreta, compromisso e construção de um futuro mais justo e equitativo para todos e todas na Maré.

Com a consolidação de uma base sólida de informações geradas pelo diagnóstico, o caminho está agora aberto para a construção de ações estruturantes. A jornada está apenas começando, e a necessidade de continuar a aprofundar as informações mapeadas e expandir esse conhecimento é de suma importância. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada e um apelo à ação, a refletir a promessa de um futuro mais promissor para as crianças da Maré.









[www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br)  21 99924-6462  
   /redesdamare  /redesdamareoficial  
R. Sargento Silva Nunes, 1.012 • Nova Holanda • Maré • RJ



**PRIMEIRA  
INFÂNCIA  
NA MARE**

**redes  
da  
maré**